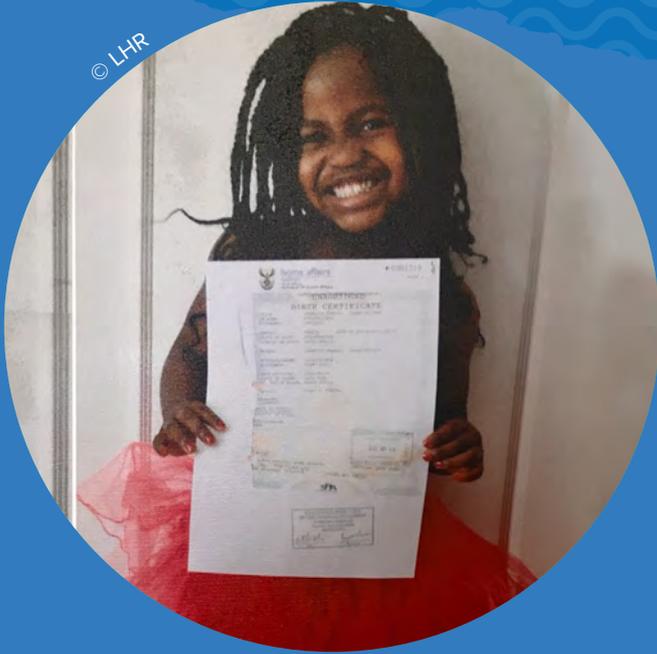


Compromissos da África Austral de **2019**



UNHCR
The UN Refugee Agency

Capa frontal, em cima à esquerda: Uma criança abandonada, nascida na África do Sul de um cidadão estrangeiro, em risco elevado de apatridia. Após a sua adopção, os Advogados dos Direitos Humanos ajudam-na a obter uma certidão de nascimento e a aceder à cidadania Sul-africana.

© Lawyers for Human Rights

Capa frontal direita: Uma mãe solteira, deslocada por desastre natural em Moçambique, com um item solar e bens não alimentares fornecidos pelo ACNUR.

© UNHCR/Silvia Cravesama

Contracapa, no topo esquerdo: Um ex-refugiado Angolano mostra a sua autorização de residência permanente Zambiana no seu terreno, na área de integração local do assentamento de Meheba na Província Noroeste.

© UNHCR/Markku Aikomus

Contracapa, direita inferior: Uma criança refugiada Congolesa de três anos brinca com um estetoscópio improvisado que fez para imitar os médicos que viu, desde que chegou ao assentamento de refugiados de Mantapala, na Zâmbia, com a mãe.

© UNHCR/Enoch Kavindele Jr.

Índice

Prefácio	5
Introdução	7
1. Compromissos dos Estados sobre a Apatridia	9
2. Compromissos dos Estados sobre o Asilo	17
3. Compromisso Não Estatal	28
4. Compromissos Financeiros	34



“ Nos últimos anos, foram dados passos importantes para combater a apatridia em todo o mundo. No entanto, novos desafios, como o crescente deslocamento forçado e a privação arbitrária de nacionalidade, ameaçam este progresso. Os Estados têm de agir agora e devem agir decisivamente para acabar com a apatridia. ”

- Filippo Grandi, Alto Comissário para os Refugiados



“ À medida que uma nova década se aproxima, com cerca de 71 milhões de pessoas desalojadas das suas casas ao redor do mundo – dentro e fora dos seus países, é hora de reiniciar as nossas respostas. Precisamos de uma visão abrangente, para inspirar e envolver pessoas e instituições em toda a sociedade – uma ampla aliança de governos, da comunidade de ajuda, das empresas, das instituições de desenvolvimento, da sociedade civil, instituições religiosas, do meio académico, do desporto e das artes, e dos próprios refugiados. Representamos essa própria aliança – aqui, hoje. ”

- Filippo Grandi, Alto Comissário para os Refugiados,
Discurso de Abertura do Fórum Global de Refugiados.

Prefácio

Prefácio do Director do ACNUR para o Gabinete Regional da África Austral, Valentin Tapsoba.

Globalmente, tem-se verificado que a partilha de responsabilidades tem de ser a base do sistema moderno de protecção de refugiados e erradicação da apatridia. Embora a ajuda humanitária continue a ser vital, temos de abordar a vida social e económica das grandes comunidades, enquanto continuamos a defender a protecção e a procura de soluções para os refugiados e os apátridas.

Nos últimos anos, registou-se um aumento sem precedentes do número de pessoas deslocadas por conflitos e por catástrofes naturais imprevisíveis. A economia global está ameaçada por novos riscos e os direitos humanos a nível global continuam a ser frágeis. Neste contexto, a instituição de asilo e as obrigações consagradas no quadro internacional para a protecção dos refugiados e dos apátridas assumem maior importância do que nunca. Soluções abrangentes e duráveis precisam da vontade dos Estados e dos intervenientes não estatais para fazerem as coisas de forma diferente.

Durante o Fórum Global para os Refugiados, que decorreu a 17 e 18 de Dezembro em Genebra, na Suíça, governos, sociedade civil, governos locais e o sector privado da região da África Austral manifestaram um compromisso sem precedentes de enfrentarem estes desafios com 78 compromissos no concernente a respostas para com os refugiados e deslocamentos. As promessas variaram entre o apoio à integração de refugiados e ex-refugiados, a garantia do registo e o acesso a bilhetes de identidade, a disponibilização de terras agrícolas e de licenças de trabalho, a inscrição de refugiados no ensino superior e o reforço dos procedimentos de asilo e dos quadros jurídicos. Os Estados da região da África Austral também fizeram 68 promessas durante o Segmento Global de Alto Nível sobre a Apatridia, que teve lugar em Outubro de 2019 para assinalar o ponto mediano da campanha #IBELONG para acabar com a situação dos apátridas.



Congratulo-me por apresentar este relatório enumerando os compromissos realizados pelos países, pela sociedade civil, pelos governos locais e pelo sector privado na região da África Austral em 2019, no sentido de melhorar as respostas e as soluções para os refugiados e de erradicar a apatridia.

Esta publicação é testemunho de uma nova forma de trabalhar e das prioridades promovidas através do Pacto Global para os Refugiados e das promessas



© UNHCR/Alissa Everett

mobilizadas no Fórum Global de Refugiados. Um comprometimento é uma promessa; é um compromisso para se fazer mais e melhor. O ímpeto existe. No ACNUR, estamos determinados a encontrar soluções e a melhorar a vida das pessoas deslocadas à força, e estamos empenhados em acabar com a apatridia até 2024. Este compêndio de compromissos servirá como um lembrete das promessas assumidas e responsabilizar-nos-á agora e no futuro.

“ Vamos transformar estes compromissos em realidade. ”

- Valentin Tapsoba, Director do ACNUR para o Gabinete Regional da África Austral

Introdução

Segmento de Alto Nível sobre a Apatridia

A apatridia refere-se à condição de um indivíduo que não é considerado cidadão nacional por nenhum Estado ao abrigo do funcionamento da sua lei. Embora os apátridas possam, por vezes, também ser refugiados, as duas categorias são distintas no direito internacional.

A apatridia não é um fenómeno novo. É tão antigo como o conceito de nacionalidade e tem um grande impacto na vida dos indivíduos e na harmonia das comunidades. A posse de uma nacionalidade é essencial para a plena participação na sociedade e um pré-requisito para se usufruir de uma vasta gama de direitos humanos.

A apatridia é um vasto problema que afecta pelo menos 10 milhões de pessoas em todo o mundo. Os Estados da África Austral não fornecem estatísticas. No entanto, segundo as estimativas do Banco Mundial, mais de 137 milhões de pessoas na região carecem de documentos de identidade e de nacionalidade; um indicador revelador da prevalência da apatridia.

A Assembleia Geral das Nações Unidas ordenou ao ACNUR que identifique e proteja os apátridas e que previna e reduza a apatridia. A 4 de Novembro de 2014, o ACNUR lançou uma campanha de 10 anos para acabar com os apátridas – a Campanha #IBelong.

Para atingir os objectivos da Campanha #IBelong, o ACNUR instituiu um Plano de Acção Global para acabar com a apatridia como uma estrutura orientadora que inclui dez acções a serem empreendidas pelos Estados, com o apoio do ACNUR e de outras partes interessadas. Para assinalar o ponto intermédio da campanha, o ACNUR organizou a 7 de Outubro de 2019, em Genebra, um Segmento de Alto Nível sobre a Apatridia (SAN) no âmbito da sua 70.ª reunião do Comité Executivo. Os Estados foram convidados a destacarem as suas conquistas e a fazerem compromissos para a erradicação da apatridia até 2024. 358 compromissos foram feitos por 66 Estados, 10 organizações internacionais e regionais e 22 organizações da sociedade civil.

Fórum Global de Refugiados

Nos últimos anos, a necessidade de melhores respostas

aos movimentos das populações em grande escala tem estado em destaque na agenda internacional. Em 2016, através da Declaração de Nova Iorque sobre Refugiados e Migrantes, a Assembleia Geral da ONU iniciou o desenvolvimento de dois Pactos Globais – um sobre refugiados e outro sobre migração segura, regular e ordenada.

O Pacto Global para os Refugiados (PGR) prevê um apoio mais previsível e sustentável para aliviar as pressões sobre os países de acolhimento, aumentar a auto-suficiência dos refugiados, expandir o acesso a soluções de terceiros países e apoiar as condições nos países de origem para o regresso em segurança e dignidade. O pacto estabelece disposições que garantam que as comunidades de refugiados e de acolhimento beneficiem do apoio.¹

Como mecanismo central de implementação do compacto, o ACNUR acolheu o primeiro Fórum Global de Refugiados (FGR) em Dezembro de 2019, em Genebra, na Suíça. Através do FGR, estados e outros actores reúnem-se de quatro em quatro anos para partilhar boas práticas e prometer apoio financeiro, conhecimentos técnicos e mudanças políticas para ajudar a alcançar os objectivos do compacto.

No fórum, participaram mais de 3.000 pessoas, incluindo quatro chefes de Estado ou de Governo, o Secretário-Geral da ONU, e mais de 90 funcionários a nível ministerial ou superior, 55 organizações internacionais, 130 empresas e fundações, e 250 organizações da sociedade civil, organizações desportivas, cidades e redes municipais e universitários. Participaram 70 refugiados de 22 países de origem e 30 países de acolhimento.

Quase 900 promessas foram feitas antes e durante o fórum. Os participantes também partilharam mais de 400 exemplos de boas práticas para fazer a diferença na vida dos refugiados. Pelo menos um quarto dos compromissos recebidos foram contribuições conjuntas entre governos, sociedade civil, sector privado e outros feitos no espírito de parcerias. Um terço dos compromissos veio de países do hemisfério sul. Mais de 250 compromissos continham um comprometimento financeiro.

¹ <http://id4d.worldbank.org/global-dataset>

Das Promessas à Realidade

implementação dos compromissos na África Austral Os países² apresentaram 140 compromissos concretos e vinculados sobre a apatridia e o asilo³. Estes são apresentados nesta publicação. A região desenvolveu modelos para responder às situações dos refugiados, concebeu soluções e abordou a apatridia de formas que possam ser defendidas globalmente. Entre estes pontos inclui-se o trabalho com o sector privado, bem como o trabalho com as instituições regionais e a sociedade civil no reforço da instituição de asilo e na legislação sobre a apatridia.

No meio das complexidades de conflitos recorrentes, situações prolongadas e desafios de desenvolvimento, os Estados da África Austral podem concretizar as aspirações do compacto à inclusão, trabalhando com sistemas nacionais e melhorando os meios de subsistência combinados com a mobilização de acções de desenvolvimento. Ao longo dos últimos anos, o ACNUR tem testado na região novas abordagens para situações das Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs), expandindo o espaço de protecção para refugiados e requerentes de asilo e erradicando a apatridia.

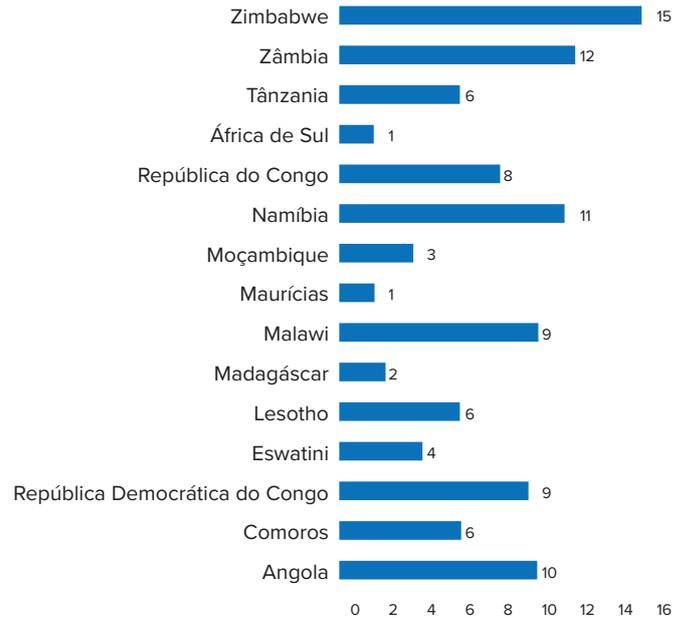
² Para esta publicação, a África Austral inclui todos os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral mais a República do Congo.

³ A República do Congo apresentou sete boas práticas que não estão incluídas nos valores cumulativos. Estas boas práticas são descritas e analisadas no capítulo de Asilo, página 13.

Compromissos por entidades



Compromissos por Estados



Os retornados Congolezes tiram selfies ao serem repatriados de Angola de volta para Kananga, na província de Kasai, República Democrática do Congo (RDC).



REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE DU CONGO
Volet 1

Province de Katanga
Ville de Tanganika
District de Tanganika
Territoire/Commune de Kalembe
Chefferie/Secteur ou Cité de Tumbwe
Bureau Principal de l'Etat civil de Kalembe
Bureau Secondaire de l'Etat civil de Kalembe
Acte n° 438 Volume 7/14 Folio n° 432

N° 0426

ACTE DE NAISSANCE

L'an deux mille quatorze vingt-unième jour du mois de septembre à huit heures

Par devant nous Mavuzi wa Mwamba Officier de l'Etat civil de Ta chefferie Tumbwe

A comparu Sabuni en qualité de perle

Né (e) à Kalembe le 1995 Profession Cultivateur

Résident à Kalembe

Lequel (laquelle) nous a déclaré ce qui suit

Le François jour du mois de septembre de l'année 2014 est né à Kalembe un enfant de sexe Féminin nommé Ngongo Honorine fils (fille) de Sabuni né à Kalembe le 1995 nationalité Congolaise profession Cultivateur et de Françoise Honorine née (e) à Mbulula le 1995 nationalité Congolaise profession Ménagère conjoints

La naissance de l'acte a été donnée ou reconnue en langue que nous avons entendue et interprété ayant été tenu compte de l'acte.

Compromissos dos Estados sobre a Apatridia

1

Uma deslocada interna detém a nova certidão de nascimento do seu bebé de 6 meses em Kalembe, Província de Katanga, na República Democrática do Congo.

© UNHCR/Brian Sokol

Análise

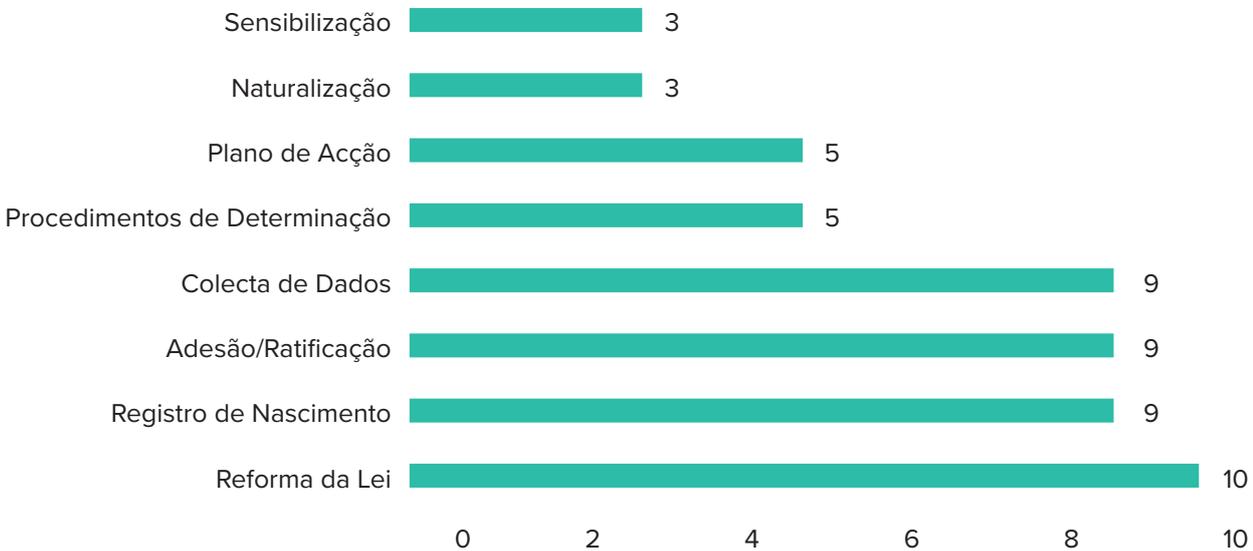
O Segmento de Alto Nível sobre a Apatridia (SAN) e o Fórum Global de Refugiados (FGR) galvanizaram um compromisso sem precedentes de tomarem medidas para acabar com a apatridia até 2024, demonstrado pelo extraordinário número de promessas relacionadas com a apatridia feitas pelos Estados da África Austral.

Globalmente, 66 Estados apresentaram 252 compromissos no SAN. Os Estados também apresentaram compromissos adicionais no FGR; com treze Estados da África Austral a oferecerem 53 promessas, tornando-se a segunda região do mundo em termos de número de candidatos. Em comparação, oito Estados¹ na região da África Austral apresentaram apenas 10 promessas durante o Encontro Intergovernamental Ministerial sobre Refugiados e Apátridas de 2011 (Genebra, Palais des Nations, 7-8 de Dezembro de 2011).

Das 53 promessas, dez promessas dizem respeito à implementação das convenções e/ou da reforma da lei; nove ao reforço do registo de nascimento; nove à adesão de instrumentos regionais ou internacionais relevantes; nove à recolha de dados sobre a apatridia; cinco ao estabelecimento de procedimentos de determinação do estatuto do apátrida; cinco ao desenvolvimento e/ou implementação de um plano de acção nacional ou regional para acabar com a apatridia; e três à facilitação dos procedimentos de naturalização.

¹ República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tânzania e Zâmbia.

Compromissos por Área de Foco





Angola

O Governo de Angola compromete-se a:

- Alargar a base de registo de cidadãos nascidos em Angola, independentemente da sua nacionalidade, bem como angolanos residentes no estrangeiro.
- Criar um Grupo Técnico para a erradicação da apatridia, bem como a criação de um Plano de Acção Nacional.
- Sensibilizar a população local e implementar as duas Convenções das Nações Unidas sobre a apatridia de 1954 e 1961.
- Implementar mecanismos de protecção e prevenção contidos nas convenções da apatridia de 1954 e 1961, recentemente ratificadas por Angola.*



Comores (União das)

O Governo da União das Comores compromete-se a:

- Assinar e ratificar a Convenção de 1954 relativa ao Estatuto dos Apátridas e à Convenção de 1961 sobre a Redução de casos apátridas no final de 2021, após a criação da nova Assembleia Nacional. As eleições para esta Assembleia estão marcadas para 2020.
- Introduzir disposições na Lei da Nacionalidade para conceder a nacionalidade Comoriana às crianças nascidas nas Comores alegadamente apátridas e a crianças de origem desconhecida encontradas no país. Referente a transmissão da nacionalidade, aqui não há discriminação de género na legislação comoriana até ao final de 2022.
- Realizar investigações para identificar casos de apatridia. Não há casos oficialmente conhecidos nas Comores, antes do final de 2020.
- Simplificar os procedimentos de registo de nascimento nos registos civis, incluindo o registo tardio, antes de Outubro de 2020. Sensibilizar as mães para o registo de crianças nascidas fora do casamento. Muitas crianças de famílias desfavorecidas ainda não têm um certificado de nascimento.
- Sensibilizar a opinião pública para a importância de cada cidadão obter um certificado de nacionalidade antes do final do ano de 2021.
- O Governo da União das Comores compromete-se em estabelecer no início de 2020, uma Comissão Interministerial Nacional (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna, Assembleia Nacional, etc.) encarregada de prevenir e combater a apatridia.



Congo (República do)

O Governo da República do Congo compromete-se em:

- Finalizar o processo de adesão à Convenção de 28 de Setembro de 1954 sobre o estatuto das pessoas apátridas e à Convenção de 30 de Agosto de 1961 sobre a redução de casos de apátridas antes do final de 2019.
- Finalizar a reforma legislativa em curso desde 30 de Maio de 2016 relativa ao Código das Pessoas e da Família, com o objectivo de remover todas as disposições discriminatórias e outros artigos que possam causar a apatridia, até 2021.
- Criar um organismo nacional para determinar o estatuto e proteger os apátridas, até ao final de 2022.
- Apoiar o processo de adopção, assinatura e ratificação do protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre Aspectos Específicos do Direito à Nacionalidade e a Erradicação da Apatridia em África antes do final de 2022.
- Certificar de que qualquer pessoa identificada sem certidão de nascimento durante o recenseamento do estatuto civil nacional, obtenha uma certidão de nascimento até 2019.
- Assegurar que até 2022, não haverá crianças sem certidão de nascimento na República do Congo - Continuar as actividades de sensibilização do público para incentivar o registo de cada nascimento.
- Realizar um estudo quantitativo e qualitativo para melhor compreender a situação dos grupos e indivíduos que vivem no seu território que são apátridas ou em risco de se tornarem apátridas, com vista a encontrar uma solução para a sua situação e também à recolha de dados fiáveis a este respeito, antes de 2021.



República Democrática do Congo

O Governo da República Democrática do Congo compromete-se em:

- Tornar-se membro da Convenção de 1961 sobre a redução de casos de apátridas e da Convenção de 1954 sobre o estatuto das pessoas apátridas, antes de 31 de Dezembro de 2020.
- Reformar o sistema de registo civil e estatísticas vitais, tomar iniciativas como forma de [identificar] casos de apatridia e pessoas em risco de apatridia, institucionalizar a recolha de dados sobre pessoas apátridas e pessoas em risco de apatridia, e prevenir a apatridia através da criação de mecanismos nacionais, incluindo registo civil e a emissão de documentos de identidade nacionais, antes de Dezembro de 2019.
- Harmonizar o quadro jurídico de acordo com os requisitos das convenções supracitadas e garantir conformidade com os padrões e princípios da acção internacional em assunto de nacionalidade e prevenção da apatridia antes do final de 2021.



Eswatini (Reino de)

O Governo do Reino de Eswatini compromete-se, por este meio, a:

- Realizar e publicar um estudo qualitativo e quantitativo até 2021 para melhor compreender a situação dos grupos e indivíduos que são apátridas ou em risco de apatridia no território com vista a encontrar uma solução para a sua situação até ao final de 2021.
- Estabelecimento de um procedimento para determinar o estatuto dos migrantes apátridas em conformidade com a Convenção de 1954 até ao final de 2022.
- Realizar consultas nacionais sobre igualdade de género nas leis de nacionalidade e iniciar as reformas necessárias para defender a igualdade de cidadãos na concessão de nacionalidade aos cônjuges e filhos até ao final de 2024.
- Introduzir na nossa lei de nacionalidade uma disposição que conceda a nacionalidade a todas as crianças de origem desconhecida encontradas no nosso território e aos nascidos no nosso território que, de outra forma, seriam apátridas até 2024.



Lesoto (Reino do)

O Governo do Reino do Lesoto compromete-se a:

- Adoptar até 2020 o projecto de lei sobre a nacionalidade que concede a nacionalidade a crianças de origem desconhecida encontradas no seu território e prevê uma salvaguarda para a concessão da nacionalidade às crianças nascidas no seu território que, de outra forma, seriam apátridas até ao final de 2020.
- Realizar um estudo que publique um estudo qualitativo para melhor compreender a situação dos grupos e indivíduos, que são apátridas ou em risco de serem apátridas, permanecendo no seu território até Junho de 2020.



Madagáscar

- O Estado Malgaxe pretende resolver todas as questões relacionadas com o problema da nacionalidade. Sublinhe-se que, desde a independência, as questões de reencaminhamento dos pedidos não foram totalmente resolvidas, e o problema tende a aumentar com o número crescente de pessoas apátridas e seus descendentes. As reformas em questão tenderão a elaborar textos destinados a resolver estes problemas.*
- Com a colaboração de outros departamentos ministeriais e o apoio técnico e financeiro do Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), bem como o apoio técnico de um ou mais países francófonos com boas práticas de asilo, o Ministério da Segurança Pública compromete-se a criar: (i) o gabinete de apátridas e refugiados e torná-lo operacional com o apoio do ACNUR. O objectivo deste gabinete é assegurar a protecção dos refugiados e apátridas em território malgaxe e facilitar o seu acesso aos serviços sociais básicos.*



Malawi

O Governo da República do Malawi compromete-se em:

- Aderir à Convenção das Nações Unidas de 1961 sobre a Redução da Apatridia e sobre a adoção da Declaração Ministerial, na sequência da conclusão de um exercício de consulta com as partes interessadas relevantes.
- Realizar e publicar um estudo qualitativo para melhor compreender a situação dos grupos e indivíduos que permanecem no seu território, que são apátridas ou em risco de apatridia, com vista a encontrar uma solução para a sua situação até Junho de 2020.
- Estabelecimento de um procedimento para determinar o estatuto dos migrantes apátridas em conformidade com a convenção de 1954 até 2022.
- Rever a nacionalidade ou o Direito da Cidadania e, neste âmbito, considerar a introdução de uma disposição de concessão de nacionalidade a crianças de origem desconhecida encontradas no seu território que, de outra forma, seriam apátridas, e colocará na lei uma salvaguarda para conceder a nacionalidade às crianças nascidas no território que, de outra forma, seriam apátridas até 2022.



Moçambique

- Realizar um estudo sobre a apatridia no país para identificar aspectos que podem ser melhorados na prevenção, combate e eliminação da apatridia até 2022.



Namíbia

O Governo da República da Namíbia compromete-se a:

- Aderir ou ractificar a Convenção das Nações Unidas de 1954 relativa ao estatuto das pessoas apátridas e à Convenção de 1961 sobre a Redução dos Apátridas, bem como a Convenção da OUA de 1969 que rege aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África e a Convenção de 2009 sobre a Protecção e Assistência das Pessoas Deslocadas Internas em África (Convenção de Kampala) até 2020.
- Introduzir, na sua lei de nacionalidade, uma disposição que conceda a nacionalidade as crianças de origem desconhecidas no seu território até 2021.
- Identificar os apátridas em todas as regiões e realizar e publicar um estudo qualitativo para melhor compreender a situação dos grupos apátridas e dos indivíduos que vivem no seu território com vista a encontrar uma solução para a sua situação até 2020.
- Implementar plenamente o Plano de Acção para a Erradicação da Apatridia na Namíbia até 2023.

- O Governo da Namíbia decidiu naturalizar as pessoas que vieram para a Namíbia entre 1930 e 1977. Está a ser concebida uma estratégia abrangente através do Plano de Acção sobre a Apatridia para mapear o número de pessoas na Namíbia que são apátridas ou correm o risco de se tornarem apátridas em colaboração com os países vizinhos. As leis existentes estão a ser revistas para mitigar as ocorrências de pessoas que podem tornar-se apátridas.*



África do Sul

- A África do Sul compromete-se ainda a promover o registo civil e documentação conexas em toda a região da SADC, a fim de garantir que os cidadãos regionais estejam devidamente documentados para erradicar as possibilidades da apatridia na região.



Zâmbia

O Governo da República da Zâmbia compromete-se a:

- Garantir a adesão à Convenção das Nações Unidas de 1961 sobre a Redução da Apatridia até 2020.
- Concluir a emissão das autorizações de residência a todos os ex-refugiados que tenham optado por integrar-se localmente na Zâmbia e facilitar a sua naturalização até 2021.
- Facilitar os procedimentos de naturalização dos apátridas e dos seus filhos para adquirir a nacionalidade até 2023.
- Simplificar e melhorar o acesso ao registo e certificado de nascimento, para pessoas nascidas na Zâmbia, incluindo registo de nascimento tardio, para garantir o registo universal de nascimento para todas as crianças, incluindo refugiados e requerentes de asilo nascidos no território até 2023.
- Apoiar a adopção do projecto de Plano de Acção Regional para pôr fim à apatridia na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), de modo a que a região ande no compasso e em conjunto com o resto do mundo até 2023.



Zimbabwe

O Governo do Zimbabwe compromete-se a:

- Realizar e publicar um estudo qualitativo e quantitativo para melhor compreender a situação dos grupos apátridas e dos indivíduos que vivem no seu território com vista a encontrar uma solução para a sua situação até 2021.
- Com base nos resultados do estudo, o desenvolvimento de um Plano de Acção Nacional até 2022 para acabar com a apatridia até 2024.
- Realização de consultas com as partes interessadas relevantes no sentido da adesão à Convenção de 1961 sobre a Redução da Apatridia até 2023.
- Incluir uma pergunta ou perguntas no seu próximo recenseamento nacional em 2022 para identificar os apátridas que vivem no seu território.
- Estabelecer um procedimento especial de determinação da apatridia até 2023 para identificar os apátridas no território e conceder-lhes o estatuto de protecção com o objectivo de encontrar soluções.
- Concluir até 2023 o processo em curso de alinhamento da sua Lei de Cidadania [Capítulo 4:01] e da Lei de Registo de Nascimentos e Mortes [Capítulo 5:02] com a nova Constituição (Constituição da Emenda do Zimbabwe (n.º 20) Lei 20 1.1) para garantir as salvaguardas adequadas na prevenção da apatridia.
- Simplificar e melhorar o acesso aos procedimentos de registo de nascimento até 2024, incluindo a emissão de certidões de nascimento a descendentes de antigos trabalhadores migrantes e requerentes de asilo rejeitados para garantir o registo universal de nascimento.
- Reforço da capacidade institucional do registo civil nacional. Até 2021, o Zimbabwe compromete-se em melhorar o acesso oportuno ao registo civil e de nascimento e documentação para refugiados, apátridas e comunidade de acolhimento. Isto irá atenuar os riscos da apatridia, nomeadamente através da tecnologia digital e da prestação de serviços de registo móvel.

* Promessa apresentada no FGR em Dezembro de 2019



O Povo Karana ainda aguarda a nacionalidade. Sougrabay Ibrahim, de 84 anos, de Mahajanga, Madagáscar, posa para um retrato com os netos enquanto participava num seminário do ACNUR para apátridas.

© UNHCR/Roger Arnold



2

Compromissos dos Estados sobre o Asilo

Lanternas solares distribuídas na devastada região costeira de Moçambique.
© UNHCR/Alissa Everett

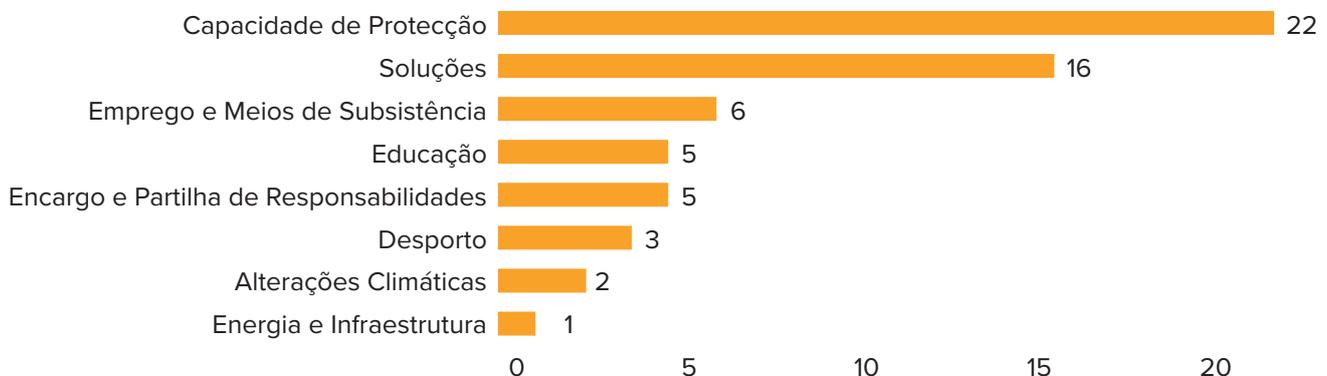
Análise

O FGR foi uma oportunidade para entidades estatais de todo o mundo comprometerem-se a apoiar e encontrar soluções para as situações dos refugiados. Foram assumidos compromissos globais sobre políticas nacionais inclusivas, acesso a uma educação de qualidade, compromissos para a área de WASH (água e saneamento) e saúde, meios de subsistência e oportunidades de emprego, energia verde e conservação, soluções que incluem reinstalação e

percursos complementares, bem como compromissos de protecção, incluindo capacidade de asilo, género e diversidade (AGD) e serviços jurídicos pro bono.

12 países da região da África Austral e uma cidade fizeram 60 compromissos no FGR. A Câmara Municipal de EThekweni fez quatro compromissos, que foram os primeiros e únicos compromissos feitos de forma independente por uma cidade e focados na coesão social.

Compromissos por Área de Foco



A maioria dos compromissos assumidos na região da África Austral (22) aborda a necessidade de aumentar a capacidade de protecção¹ que aborda questões de legislação inadequada, mas também de documentação e atrasos. 16 empenharam-se em encontrar soluções² para situações prolongadas de refugiados centradas na integração local, inclusão nos sistemas nacionais e repatriamento voluntário. Oito compromissos caem sob a alçada dos meios de subsistência e incluem o acesso à terra por refugiados.

O FGR apresentou uma oportunidade única para alargar a base de apoio ao desporto como ferramenta para a protecção e desenvolvimento de jovens deslocados e apátridas e para mobilizar as partes interessadas no acesso aos refugiados ao desporto e às oportunidades desportivas. Em colaboração com o ACNUR, o Comité Olímpico Internacional (COI) e a Fundação de Refúgio Olímpico lideraram um processo consultivo que envolveu federações desportivas internacionais e outros parceiros sobre a formulação de compromissos sobre a inclusão de refugiados em eventos e actividades desportivas a serem apresentadas antes do FGR. Uma coligação de 86 membros, que incluía

estados membros da ONU, federações desportivas, Comitês Olímpicos Nacionais, associações e clubes empenhados em três compromissos destinados a resolver a falta de acesso a instalações desportivas e actividades desportivas organizadas, e a discriminação que os refugiados podem enfrentar na participação em eventos desportivos a nível nacional, regional e internacional.

O ACNUR na região da África Austral trabalhou com os governos e a organização desportiva para mobilizar compromissos que reconheçam que a inclusão de refugiados nas actividades desportivas pode trazer coesão social, protecção e bem-estar de crianças e jovens refugiados, oportunidades de subsistência e visibilidade positiva. Moçambique, Zâmbia e Zimbábue, cada um deles fez desporto.

¹ Incluindo 5 compromissos relevantes a apatridia que são analisadas no Capítulo 1.

² Incluindo 1 compromisso relevante a apatridia analisada no Capítulo 1.



Angola

- Continuar a prestar apoio ao repatriamento voluntário de refugiados que manifestem disponibilidade para regressar aos seus países de origem, se e quando estiverem em vigor as condições até 2021. Fazer acompanhamento na reunião de altos funcionários no primeiro período.
- Apoiar a integração local dos refugiados que optem por permanecer em Angola, incluindo antigos refugiados abrangidos pelas cláusulas de cessação, nomeadamente cidadãos da Serra Leoa, Libéria e Ruanda, até 2023. Acompanhamento na segunda reunião do FGR.
- Registrar todos os refugiados e requerentes de asilo que residam em Angola e criar, bem como manter, uma base de dados biométrica sobre os mesmos. Acompanhamento na primeira reunião de altos funcionários em 2021.
- Emitir e renovar documentos de identidade pessoais de refugiados que não estejam documentados ou na posse de documentos caducados para estabelecer a sua identidade legal e facilitar a inclusão. Acompanhamento na segunda reunião do FGR em 2023.
- Restabelecer reuniões regulares da Comissão Nacional de Refugiados (CNR), com representantes de todos os Ministérios relevantes, tal como estabelecidos por lei. Fazer o acompanhamento na primeira reunião de altos funcionários em 2021.
- Com base no exemplo do projecto do Grupo do Banco Mundial, incluir iniciativas do sector privado, implementar mecanismos de protecção social dirigidos às comunidades de refugiados e de acolhimento para reforçar a coesão social. Fazer o acompanhamento na segunda reunião do FGR em 2023.
- Implementar os mecanismos de protecção e prevenção contidos nas convenções dos apátridas de 1954 e 1961, recentemente ractificados por Angola.*



Congo (República do)³

- A República do Congo considerará favoravelmente a possibilidade de se tornar co-patrocinadora, participando numa importante aliança de apoio sobre uma área específica de interesse do Fórum Global sobre Refugiados.
- O Governo e o ACNUR identificaram o Quadro Abrangente de Acção Global para os Refugiados como uma das áreas de cooperação, pelo que o incluíram no Memorando de Entendimento sobre Protecção, Assistência aos Refugiados e pessoas deslocadas internamente na República do Congo, o qual foi assinado aos 21 de Novembro de 2017.
- As soluções duráveis são: 1) Repatriamento voluntário; 2) Integração local; e 3) Reinstalação. A República do Congo assinou acordos tripartidos com a RCA, a RDC e Ruanda para a promoção do repatriamento voluntário de refugiados desses respectivos países. A República do Congo facilita a integração local dos refugiados de acordo com a lei. A República do Congo incentiva fortemente a reinstalação dos refugiados em terceiros países.
- Melhoria das condições de vida dos refugiados e das populações de acolhimento através das seguintes acções:
 1. construção de abrigos em materiais sustentáveis para refugiados.
 2. construção de áreas de jogos e lazer.
 3. montagem de acampamentos com painéis solares.

- Estabelecimento de um campo estratégico composto por casas pré-fabricadas, bem equipadas para a potencial chegada de refugiados.
- Ao nível do Parlamento, a adopção em curso do projecto de lei sobre asilo e estatuto de refugiado na República do Congo. A nível do Conselho de Ministros, a adopção em curso de um projecto de decreto sobre a emissão de documentos de viagem para refugiados. Procedimento parlamentar em curso sobre a adesão da República do Congo à Convenção de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas e à Convenção de 1961 sobre a Redução da Apatridia.
- Os refugiados estão fortemente envolvidos no sector informal. Para o efeito, registaram-se progressos consideráveis no domínio das pequenas e médias empresas, nomeadamente: 1) criação de uma agência congoleza de criação de emprego (ACPCE), um balcão único para facilitar as formalidades de criação de empresas, a fim de incentivar os agentes económicos (incluindo os refugiados) a formalizarem e beneficiarem de oportunidades de negócio num enquadramento jurídico e regulamentar; 2) criação de uma agência para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (ADPME) que ajude a reforçar o quadro jurídico e estratégico de apoio, “coaching” e preparação de planos de negócios; 3) criação de uma iniciativa de solidariedade e empoderamento do artesanato congolês (ISAAC), que constituirá uma organização de ajuda mútua e de segurança social tanto para os nacionais como para os refugiados; 4) a nível informal, os dados provenientes de nacionais e refugiados congolezes são indiscriminadamente inscritos na maior parte dos resultados estatísticos; 5) inclusão dos detalhes de ofícios congolezes e refugiados na primeira fase de estruturação do sector informal; 6) Difusão dos mapas de artesanato aos artesãos congolezes e aos refugiados sem distinção; 7) os refugiados, bem como os comerciantes congolezes, podem sem distinção, solicitar e obter licenças comerciais em conformidade com o Código de Investimento Congolês. No que respeita ao sector agrícola, estão actualmente a ser implementadas várias iniciativas destinadas a facilitar o acesso dos refugiados às oportunidades agrícolas através do seguinte: 1) Concessão de terras aos refugiados; 2) Distribuição de sementes e materiais agrícolas aos refugiados; 3) Reforço da capacidade dos produtores refugiados; 4) A criação de um comité interministerial para a gestão da segurança alimentar dos refugiados e nacionais;
- Os refugiados gozam do mesmo tratamento que os nacionais nos níveis primário, secundário e universitário.

³A República do Congo não fez compromissos, mas partilhou as melhores práticas.



República Democrática do Congo

- Aos 200,000 refugiados ruandeses que optaram por permanecer na RDC após a cláusula de cessação, a RDC oferece autorizações de residência válidas por 10 anos.
- Para contribuir para a mobilidade dos refugiados e para a sua admissão em terceiros países, a RDC pretende emitir 1000 documentos de viagem para os próximos dois anos.
- A RDC é seriamente afectada pelos problemas das pessoas deslocadas internamente (PDIs) e pretende depositar, em 2020, os instrumentos de ratificação da Convenção de Kampala, assinados em Julho de 2014.
- A RDC compromete-se a aderir às duas convenções sobre apatridia, melhorando o acesso a documentos de estatuto civil para grupos de refugiados em risco de apatridia, com especial número de 62% das crianças refugiadas ruandesas nascidas na RDC, a maioria das quais sem certidão de nascimento, e 14 079 ex-refugiados angolanos que optaram pelo repatriamento voluntário em 2014, e que continuam a permanecer na RDC sem estatuto oficial.

- A RDC criou um sistema simplificado de determinação do estatuto de refugiado, que este ano permitiu o reconhecimento de 41.243 pessoas de várias nacionalidades, ao abrigo das Convenções de 1951 e da OUA;
- A RDC está empenhada no regresso do exílio dos seus compatriotas. Para o efeito, será dada especial ênfase ao desenvolvimento das zonas de regresso dos refugiados e à reactivação das comissões tripartidas com o Congo, o Ruanda, o Burundi, a Tanzânia, a Zâmbia e o Uganda, a fim de assegurar um regresso digno e seguro.



Lesotho (Reino do)

- Adoptar até 2020 o projecto de lei sobre a nacionalidade que concede nacionalidade a crianças de origem desconhecida encontradas no seu território e prevê uma salvaguarda para a concessão da nacionalidade às crianças nascidas no território que de outra forma seriam apátridas; *
- Desenvolver um plano de soluções adequadas para o plano de resposta aos refugiados na sua estratégia nacional de gestão de calamidades, para ajudar os refugiados no país;
- Criar oportunidades direccionadas aos refugiados para apoiar a sua integração noutras áreas, para incentivar e facilitar o acesso dos refugiados a oportunidades de geração de rendimento, como a indústria da construção civil e os mercados agrícolas sazonais;
- Facilitar o sub-arrendamento de 3 hectares de terra a refugiados e requerentes de asilo para a agricultura e a subsistência de auto-suficiência. O objectivo é sustentar e melhorar a vida deles, em oposição à sua dependência de subsídios governamentais e pacotes alimentares;
- Facilitar a inscrição de crianças refugiadas nos institutos de ensino superior para melhorar as suas competências até 2020/2021, e permitir a formação profissional e o desenvolvimento de competências para aumentar a sua competitividade no mercado de trabalho ou liderar os seus negócios de uma forma mais produtiva (tanto na agricultura como nas pequenas empresas).



Madagáscar

- O Estado Malgaxe pretende resolver todas as questões relacionadas com o problema da nacionalidade. Sublinhe-se que, desde a independência, as questões de reencaminhamento dos pedidos não foram totalmente resolvidas, e o problema tende a aumentar com o número crescente de pessoas apátridas e seus descendentes. As reformas em questão tenderão a elaborar textos destinados a resolver estes problemas.*
- Com a colaboração de outros departamentos ministeriais e o apoio técnico e financeiro do Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), bem como o apoio técnico de um ou mais países francófonos com boas práticas de asilo, o Ministério da Segurança Pública compromete-se a criar: (i) o gabinete de apátridas e refugiados e torná-lo operacional com o apoio do ACNUR. O objectivo deste gabinete é assegurar a protecção dos refugiados e apátridas em território malgaxe e facilitar o seu acesso aos serviços sociais básicos.*



Malawi

- Inclusão dos Refugiados na Agenda Nacional de Desenvolvimento até Dezembro de 2020: Incluir refugiados nos sistemas nacionais e prestar apoio às necessidades contínuas e imediatas na: i) Saúde; ii) Água e Saneamento; iii) Educação (Primária e Secundária); e iv) Segurança;
- Registo e Documentação até Junho de 2020: a) Registrar refugiados e requerentes de asilo através do sistema de identificação nacional (SIN) após a alteração da Lei Nacional de Registo (2010); b) Emitir documentação que inclua bilhetes de identidade a todos os refugiados e requerentes de asilo com idade igual ou superior a 16 anos, certidões de nascimento a todas as crianças refugiadas nascidas no Malawi e Documentos de Viagem de acordo com a Convenção de Genebra (CTD), de leitura electrónica aos refugiados;
- Auto-suficiência: a) Introduzir a abordagem de assentamento de forma a reforçar o desenvolvimento integrado dos refugiados e da comunidade local e servir de ponte conceptual e operacional para colmatar a lacuna disfuncional entre as actividades humanitárias de resposta e desenvolvimento; b) Descongestionar e actualizar o Campo de Refugiados de Dzaleka numa plataforma socioeconómica ou centro de serviços para o corredor de assentamento M1-Dzaleka-Dowa Boma, de acordo com as orientações de planeamento físico; c) Criar oportunidades para fontes de rendimento e de inclusão económica mais regulares e previsíveis para os refugiados, permitindo-lhes o acesso às instituições financeiras, incentivando o empreendedorismo e emprego por conta própria e oferecendo 200 autorizações de trabalho às pessoas com qualificações; d) Proporcionar um ambiente favorável ao registo das suas empresas sem incorrer em elevadas taxas e procedimentos como aplicado aos investidores internacionais; e realizar um levantamento de perfis de qualificações junto da população refugiada; e) Reforçar os meios de subsistência através da promoção do desporto, das artes e das actividades culturais entre os jovens;
- Recepção e Admissão até Junho de 2020: Reforçar a Determinação do Estatuto de Refugiado (DER) através da consideração da Determinação em Grupo (Prima Facie) para casos específicos.



MauríCIAS

- MauríCIAS junta-se ao compromisso de “integrar abordagens para evitar, minimizar e endereçar os deslocamentos relacionados com os impactos adversos das alterações climáticas nos processos nacionais relevantes, incluindo o processo de elaboração e implementação de planos nacionais de adaptação” (Acompanhamento da primeira reunião intercalar dos altos funcionários reunidos em 2021).



Moçambique

- O Governo de Moçambique compromete-se em continuar a integração local, visando sinergias mais fortes entre refugiados e as comunidades de acolhimento, e um maior acesso à educação, saúde e serviços básicos para refugiados e comunidades de acolhimento até 2023;
- O Governo de Moçambique compromete-se em promover o acesso dos refugiados ao desporto numa abordagem inclusiva, até ao final de 2023.



Namíbia

- O Governo da Namíbia atribui 70 hectares a pessoas que se preocupam em reforçar a auto-suficiência e as actividades agrícolas, tais como a produção de cultura aquática, o cultivo do milho, couves, tomate, etc. Os refugiados que se dedicam a actividades agrícolas têm acesso ao mercado para venderem os seus produtos. Além disso, o Governo da Namíbia facilita a emissão de licenças e autorizações relevantes para o comércio em várias cidades. A emissão das autorizações de trabalho é facilitada para os refugiados que se dedicam aos vários sectores económicos do país. A subsistência é fortemente apoiada e os refugiados são encorajados a participarem nestas actividades com o objectivo de promover a segurança alimentar entre as comunidades de refugiados e de acolhimento;
- O Governo da Namíbia está empenhado em erradicar a apatridia até 2023, tendo elaborado um Plano de Acção Nacional. O Governo da Namíbia decidiu naturalizar as pessoas que vieram para a Namíbia entre 1930 e 1977. Está a ser elaborada uma estratégia abrangente através do Plano de Acção sobre a Apatridia para mapear o número de pessoas na Namíbia que são apátridas ou correm o risco de se tornarem apátridas, em colaboração com os países vizinhos. As leis existentes estão a ser revistas para mitigar as ocorrências de pessoas que podem tornar-se apátridas; *
- A República da Namíbia acolhe hoje 9.556 pessoas de competência do grupo alvo. Para além dos 250 hectares de terreno existentes no actual Assentamento, incluindo Clínica de Saúde, duas (2) escolas e uma Esquadra de Polícia, o Governo da Namíbia atribuiu 9 hectares de terreno para a criação de um Centro de Acolhimento para alojamento, diversas actividades agrícolas, disciplinas desportivas e manifestações culturais. O Governo da Namíbia atribuiu um montante total de N\$34 256 000 para a implementação da estratégia de protecção social dirigida tanto aos refugiados como às comunidades de acolhimento, com o objectivo de reforçar a coesão social, incluindo a gestão do Assentamento dos Refugiados;
- O Assentamento tem uma escola primária e secundária com 876 alunos no ensino primário e 252 alunos no Secundário. O Governo da Namíbia atribuiu N\$50 000 000 para a educação dos refugiados, incluindo o pagamento dos salários dos professores e a prestação de material de apoio didáctico às escolas para 2019-2023. A contribuição acima referida visa proporcionar uma educação de qualidade aos refugiados que lhes permita adquirir as competências necessárias que facilitem a auto-suficiência e a inclusão no sistema económico local com benefícios tanto para os refugiados como para a comunidade de acolhimento (fazer o acompanhamento no segundo Fórum Global de Refugiados em 2023);
- No âmbito da promoção de soluções duradouras e coesão social, o Governo da Namíbia está a promover a

integração local de 2 400 antigos refugiados angolanos em várias comunidades. Para o efeito, estão isentos do pagamento da Autorização de Residência Permanente 286 agregados familiares equivalentes a 692 pessoas singulares. Todos os ex-alunos refugiados angolanos estão integrados no sistema educativo nacional e estão a frequentar a escola gratuitamente (Acompanhamento na primeira reunião intercalar de altos funcionários em 2021);

- Cerca de 4 250 requerentes de asilo e refugiados têm acesso a centros de saúde no interior do Assentamento. Com o objectivo de reforçar o acesso a serviços de saúde de qualidade e a prestação de medicamentos, incluindo equipamentos médicos, bem como pessoal médico treinado. Para alcançar o acima referido, o Governo da Namíbia atribuiu um montante de N\$70 000 000 para o período 2019-2023 (fazer o acompanhamento na primeira reunião intercalar de altos funcionários em 2021);
- Em reconhecimento do importante papel que as actividades desportivas e culturais podem desempenhar no desenvolvimento social, inclusão, coesão e bem-estar, nomeadamente para as crianças refugiadas (rapazes e raparigas), adolescentes e jovens, bem como idosos e pessoas com deficiências, o Governo da Namíbia incentiva a procura por parcerias para aumentar o acesso a instalações desportivas e culturais e actividades em áreas de acolhimento de refugiados. Neste âmbito, o Governo da Namíbia aumentará a disponibilidade e o acesso a iniciativas desportivas e o desporto organizado para as comunidades de refugiados e a de acolhimento, considerando activamente a idade, o género, a capacidade e outras necessidades diversas.



África do Sul

- Promoção do Registo Civil e documentação relacionada, a fim de garantir que os cidadãos sul-africanos e os refugiados no território da África do Sul estejam devidamente documentados. Além disso, a África do Sul compromete-se também em promover o registo civil e a relativa documentação em toda a região da SADC, a fim de garantir que os cidadãos regionais estejam devidamente documentados para erradicar as possibilidades da apatridia na região⁴. Durante a era do apartheid, muitos cidadãos sul-africanos nunca foram registados à nascença. Como resultado, o actual governo teve de considerar a emissão do Registo de Nascimento Tardio, em particular para os seus cidadãos, num esforço para acabar com a apatridia. O governo introduziu ainda uma política que exige que os pais registem os seus recém-nascidos no prazo de 30 dias após o nascimento. A Lei sul-africana de refugiados de 1998 prevê protecção internacional para os refugiados, em conformidade com a Convenção de 1951. Os refugiados que se qualificarem para a Documentação de Identidade em termos da Lei recebem essa documentação de forma segura e conveniente. O departamento irá proceder a emissão de cartões inteligentes de identificação de refugiados e documentos de viagem para refugiados, usando tecnologia moderna e segura. Estes documentos modernizados e seguros serão emitidos em escritórios mais próximos dos locais de residência dos refugiados, com efeitos a partir de Abril de 2020, estando previsto que o lançamento esteja concluído até 2024.

⁴ Compromisso analisado no capítulo 1 sobre a Apatridia, p 17.



Tânzania (República Unida da)

A República Unida da Tanzânia compromete-se a:

- Continuar a permitir o acesso ao seu território a todas as pessoas que sejam vítimas de perseguição, tal como definidas na legislação nacional e nos instrumentos internacionais dos quais o país faz parte;
- Continuar a trabalhar com o ACNUR e outras partes interessadas para melhorar a qualidade da educação dos refugiados;
- Finalizar os Regulamentos relativos ao Emprego para os Refugiados, a fim de dar aos refugiados o acesso ao mercado de trabalho na Tanzânia;
- Garantir que os requerentes de asilo tenham acesso a um processo justo, eficiente e transparente de determinação do estatuto de refugiado;
- Encontrar soluções duradouras para os restantes refugiados Burundeses de 1972;
- Continuar a apoiar e facilitar o repatriamento voluntário de refugiados.



Zâmbia

- Concluir a integração local de antigos refugiados de Angola e do Ruanda. O Governo está a analisar a eventual utilização de outros documentos de identidade verificáveis, com exceção dos passaportes nacionais, para obter autorizações de residência e alargar a validade das autorizações temporárias de 3 anos para 10 anos. Estima-se que cerca de três milhões de dólares americanos (US\$3 000 000) seriam necessários para completar a emissão da documentação legal;
- Manter uma política de asilo de porta aberta e continuar a rever a legislação nacional com vista a harmonizar as disposições da Lei dos Refugiados e de outras leis nacionais, a fim de promover o usufruto dos direitos dos refugiados, incluindo a liberdade de circulação, o acesso ao emprego e à subsistência;
- Para garantir que os refugiados sejam incluídos no sistema nacional de registo civil de forma a que possam ser facilmente localizados e obter documentação legal, como cartões de identidade digitais e certidões de nascimento, o Governo necessita de um apoio financeiro substancial ao Sistema Nacional de Informação de Registo para implementar este compromisso;
- Melhorar os meios de subsistência e a auto-suficiência, expandindo o Programa de Apoio de Insumos do Agricultor (PAIA), incluindo a adição de valor, até 2020. O PAIA, que foi alargado aos refugiados e antigos refugiados num esforço para melhorar a segurança alimentar a nível doméstico, necessitará de uma contribuição de 25% do custo de entrada, por parte da comunidade internacional para todos os refugiados e ex-beneficiários por cada época agrícola durante um período de cinco anos;
- Manter a inclusão de refugiados no sistema educativo nacional a todos os níveis, incluindo a prestação de educação primária da primeira infância, do ensino primário, bem como do ensino secundário e superior. Para concretizar isto, o governo pretende criar institutos de formação técnica e profissional nos três principais assentamentos de refugiados e solicitar pelo menos 220 bolsas de estudo para os estudantes refugiados nas universidades e faculdades privadas e públicas do país. Para tal será necessário um apoio financeiro substancial para a expansão

do desenvolvimento de infra-estruturas de educação em todos os assentamentos dos refugiados.

- Continuar a promover actividades desportivas em todos os assentamentos de refugiados e garantir que as equipas de refugiados estejam registadas em associações desportivas. O Governo necessitará de um apoio financeiro substancial para o desenvolvimento de infra-estruturas desportivas em todos os assentamentos de refugiados, kits desportivos e transportes para actividades desportivas fora dos assentamentos.
- Para conectar os três assentamentos de refugiados e os regimes de integração local, bem como acolher populações comunitárias à rede eléctrica nacional, explorando fontes de energia sustentáveis, terá um custo estimado de US\$3 500 000.



Zimbabwe

O Governo do Zimbabwe compromete-se a:

- Trabalhar com o ACNUR, agências relevantes das Nações Unidas e outros parceiros, incluindo o Secretariado da SADC na organização de um simpósio regional sobre o impacto das alterações climáticas sobre as questões humanitárias e de protecção;
- Reforçar a auto-suficiência para refugiados, requerentes de asilo e comunidades de acolhimento. Até 2021, promover o acesso a oportunidades de subsistência, programas de empreendedorismo, fornecer terras agrícolas adicionais, facilitar o acesso a serviços financeiros e emprego, incluindo mulheres, jovens adultos e pessoas com deficiência, na promoção de um crescimento económico inclusivo;
- Melhorar o processo de asilo. Até 2021, criar um sistema nacional de gestão de dados, construir centros de acolhimento nos principais pontos de entrada e reforçar os procedimentos de determinação do estatuto de refugiado;
- Reforçar a capacidade institucional do registo civil nacional. Até 2021, o Zimbabwe compromete-se em melhorar o acesso atempado ao registo civil e de nascimento e de documentação para os refugiados, apátridas e comunidade de acolhimento. Isto atenuará os riscos de apatridia, nomeadamente através da tecnologia digital e da prestação de serviços de registo móvel;
- Promover e aumentar o acesso ao ensino superior para refugiados, requerentes de asilo e comunidade de acolhimento. Até 2021, criar um centro de formação técnica e profissional com um centro de inovação e programas de aprendizagem mista no Campo de Refugiados de Tongogara para a comunidade de acolhimento, refugiados e requerentes de asilo;
- Facilitar a inclusão de refugiados e requerentes de asilo em programas desportivos e culturais. Até 2021, facilitar o acesso de refugiados e requerentes de asilo a clubes e associações nacionais para promover as carreiras desportivas a nível regional e internacional;
- Rever e actualizar os quadros jurídicos e políticos sobre refugiados e requerentes de asilo. Em 2021, alterar a Lei dos Refugiados de 1983; [Capítulo 4:03] para ser consistente com o direito internacional dos refugiados e dos direitos humanos; actualizando os Regulamentos de 1985 considerando os fluxos contemporâneos de refugiados e migratórios.



Municipalidade to Município

- Facilitar a integração de refugiados e requerentes de asilo nas comunidades em que vivem, reforçando a coesão social, nomeadamente através da formação de embaixadores comunitários que promovam a compreensão entre culturas e abordem as diferenças nos bairros multiculturais até 2021;
- Garantir que o pessoal que trabalha nos serviços públicos municipais seja treinado para trabalhar com diversas populações até 2021;
- Estabelecer nos próximos dois anos de um “balcão único” que facilite a prestação de informação, mediação linguística e cultural para migrantes, refugiados, requerentes de asilo, para que possam aceder efectivamente aos serviços de saúde, educação e assistência social até 2021;
- Criar, com o apoio das instituições financeiras internacionais e outros investimentos, oportunidades para jovens de todas as origens trabalharem em conjunto, incluindo em iniciativas destinadas ao modelo do Programa de Obras Públicas Ampliadas até 2021;

*Compromisso analisado no capítulo 1 sobre a Apatridia

* A República do Congo não apresentou compromissos mas partilhou realizações.



Criança refugiada brincando na Namíbia.

© UNHCR/Brendan Bannon



3

Compromisso Não Estatal

Análise

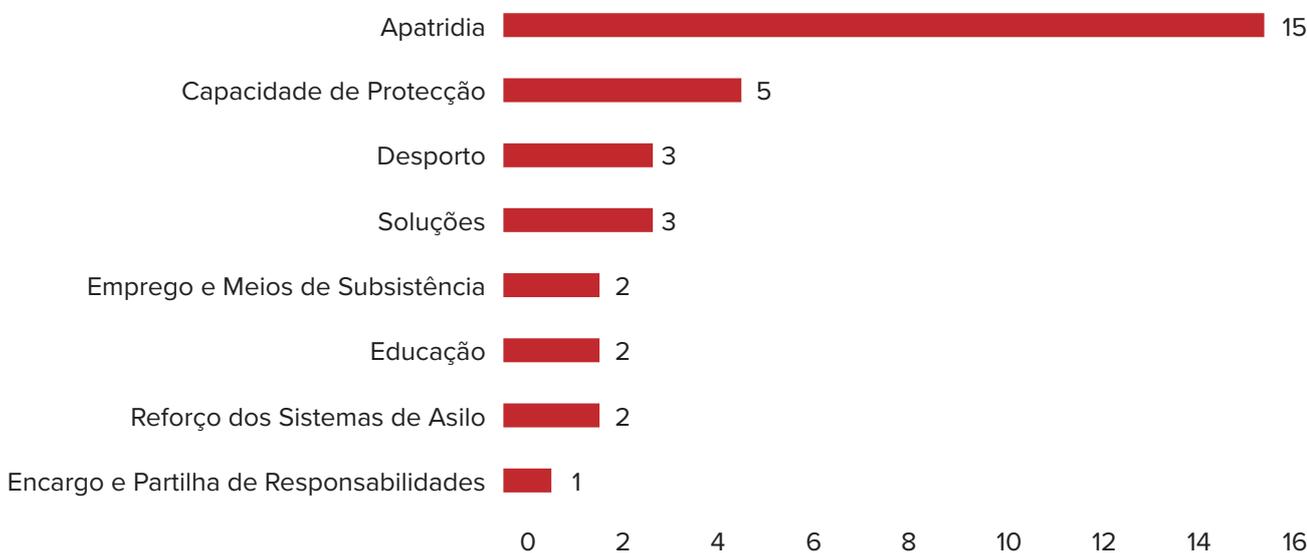
10 intervenientes não estatais, 8 ONGs ou coligações de ONGs, uma empresa privada e uma organização regional apresentaram 33 compromissos

A maioria dos compromissos diz respeito ao trabalho com os Estados no reforço dos seus sistemas de asilo e com os juristas no desenvolvimento das suas capacidades. Outros compromissos relacionam-se com a integração e a protecção dos refugiados, oferecendo acesso à educação, ao desporto, ao apoio psicossocial e às oportunidades de subsistência.

Na África do Sul, o Parlamento Pan-Africano (PAP) e um grupo de juristas e associações da sociedade civil comprometeram-se em formar departamentos governamentais e advogados. Além disso, o PAP e o Capítulo Africano da Associação Internacional de Juizes de Refugiados e Migrações comprometeram-se em apoiar e melhorar o sistema de asilo no país.

A Vodacom, uma empresa Sul-africana de Comunicações de Telemóveis, que presta serviços em mais de 30 países em África, apresentou seis compromissos de apoio à educação. O Conselho das Associações de Futebol da África Austral (COSAFA) que apoia desportos e os intervenientes no âmbito da recreação na região apresentaram compromissos para com o desporto. Tambai Zimbabwe, uma ONG de caridade sediada em Harare que envolve positivamente crianças e adolescentes vulneráveis através do desporto, também fez parte de um compromissos global sobre o desporto.

Compromissos por Área de Foco





Associação Internacional de Juízes de Refugiados e Migrações

- Apoiar a formação de 2.000 profissionais do Direito e Juízes sobre o direito do refugiado e a determinação do estatuto de refugiado até 2023 em colaboração com os seus parceiros.
- Concentrar na melhoria da equidade, eficiência, adaptabilidade e integridade dos sistemas de asilo com vista a apoiar a decisão atempada e eliminação dos atrasos na determinação do estatuto de refugiado, de acordo com as leis e procedimentos estabelecidos, bem como a sua Declaração de Genebra 2019.



COSAFA, Tambai Zimbabwe + outras 84 organizações

- Promover e garantir o acesso de todos os refugiados, sem qualquer tipo de distinção, a instalações desportivas seguras e inclusivas.
- Aumentar a disponibilidade e o acesso ao desporto organizado e as iniciativas baseadas no desporto para as comunidades de refugiados e de acolhimento, considerando activamente a idade, o género, a capacidade e outras necessidades de diversidade.
- Promover e facilitar o acesso igual e a participação de refugiados em eventos e competições desportivas a todos os níveis.



Centro Scalabrini (Cape Town)

- Promover a ratificação pela África do Sul de instrumentos internacionais relacionados à apatridia; coleta de dados e legislação em conformidade com as convenções da ONU
- Continuar a advogar contra a apatridia na África, particularmente na África do Sul, por meio de pesquisa e advocacy, e assistindo indivíduos.



Conselho Nacional do Zimbábue para o Bem-Estar das Crianças (ZNCWC)

- A organização ZNCWC compromete-se, por meio deste, a ajudar todas as crianças a ter algum documento de identificação trabalhando em conjunto com outras partes interessadas, como a Comissão de Direitos Humanos do Zimbábue e o Escritório de Registro Gerais.
- A organização ZNCWC compromete-se a ajudar menores/crianças desacompanhadas em trânsito a se reunirem com suas famílias e a garantir que sejam matriculadas de volta na escola com todos os documentos de identificação exigidos.
- A organização ZNCWC compromete-se a envolver o Parlamento do Zimbabué e o Gabinete de Registro Gerais para que as leis de registro de nascimento sejam adequadas para as crianças e facilitem a obtenção dos documentos de nascimento/registro pelas crianças.



Grupo Vodacom

- Acesso dos refugiados à Escola Virtual de Taxa Zero da Vodacom na África do Sul;
- Acesso dos refugiados ao Centro Nacional de Comando à Violência de Género para aumentar as capacidades de protecção dos refugiados na África do Sul;
- Apoio psicossocial aos refugiados que fazem parte das Escolas de Excelência da Vodacom;
- Acesso à conectividade escolar para refugiados que fazem parte das Escolas ligadas à Vodacom;
- Acesso dos refugiados aos 92 centros de formação de professores da Vodacom em toda a África do Sul;
- Acesso aos refugiados que fazem parte das 19 universidades como universidade online com taxa zero.



Juristas e Sociedade Civil na África do Sul

- Compromisso de reforçar a protecção jurídica dos refugiados, reforçando a coordenação entre parceiros e intervenientes jurídicos e especificamente para desenvolver uma rede online de profissionais de Direito interessados no intercâmbio de conhecimentos e partilha de boas práticas no domínio do direito dos refugiados e de cidadania.



Parlamento Pan-Africano (PAP)

- O PAP defenderá a adesão às Convenções das Nações Unidas sobre refugiados e apátridas, bem como a ratificação da Convenção da União Africana sobre refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDIs), bem como o próximo Protocolo sobre o Direito à Nacionalidade e a Erradicação da Apatridia;
- O PAP proporcionará anualmente formações sobre apatridia, refugiados e deslocados aos deputados;
- O PAP promoverá através do desenvolvimento de leis-modelo sobre a protecção de refugiados e apátridas, com base no direito internacional e nas melhores práticas.
- O PAP promoverá activamente acordos de partilha de responsabilidades entre Estados, para apoiar os países que recebem um grande número de refugiados;
- O PAP defenderá activamente que as Comunidades Económicas Regionais desenvolvam acordos regionais sobre a protecção dos refugiados e apátridas, incluindo acordos de partilha de responsabilidades e políticas de prevenção de deslocamentos e apatridia.



ProBono.Org (África do Sul)

- Conduzir advocacy sobre apatridia;
- Realizar ou apoiar pesquisas sobre apátridas para melhorar os dados acerca de apatridia;
- Prestar ou apoiar assistência jurídica a apátridas;
- Apoiar o ACNUR e outras partes interessadas na África do Sul no combate à apatridia.



Rede de Nacionalidades da África Austral (África Austral)

- Realizar campanhas de angariação de fundos para apoiar atividades que visam proteger os apátridas e acabar com a apatridia.
- Advogar e apoiar a SADC na criação de um plano de ação regional para acabar com a apatridia na SADC.
- Advogar pela rápida adoção e implementação do Projeto de Protocolo sobre Erradicação da Apatridia na África.
- Incentivar os seus membros na SADC a integrar a apatridia no trabalho da sua organização.
- Fornecer formação sobre apatridia e acesso à nacionalidade aos governos da SADC.
- Pesquisa sobre apátridas na África Austral e estabelecer uma base de dados da SADC.



Soluções de Inclusão Financeira de Refugiados

- Attingir 1,000 000 de refugiados na Região Sul e no Uganda para serem abrangidos pelo lançamento do “Modelo de Inclusão Financeira e Mudança Positiva dos Refugiados” nos próximos 3 anos. O modelo facilita a graduação de refugiados da pobreza extrema; Assim, ao criar oportunidades para os refugiados estabelecerem meios de subsistência sustentáveis e atingirem um nível de auto-suficiência, tornando-se assim menos dependentes da ajuda humanitária, mais seguros financeiramente, potenciando a auto-estima e a dignidade humana, estimulando a economia local e integrando-se nas comunidades de acolhimento.



IF NOT BARBER



4

Compromissos Financeiros

Uma requerente de asilo da República Democrática do Congo espera clientes na sua pequena loja no campo de refugiados de Dzaleka, no Malawi.

© UNHCR/Fanni Uusitalo

Análise

Dos 250 compromissos financeiros e/ou materiais recebidos durante o FGR, a região beneficiará de um cálculo até o momento de um valor estimado de US\$4,6 mil milhões através de 57 compromissos, incluindo quatro países especificamente visados na região. A Alemanha assumiu um compromisso significativo de US\$1,4 mil milhões para soluções orientadas para o desenvolvimento através da sua Iniciativa Especial de Deslocamento Forçado e, em parte, através da sua Assistência Transitória para o Desenvolvimento. A Dinamarca comprometeu-se a aumentar a contribuição de US\$3 milhões para US\$7,6 milhões para financiar esforços inovadores para resolver situações de deslocação prolongada.

O financiamento do Banco Mundial para os países de acolhimento de refugiados de baixos rendimentos será fundamental para incentivar soluções a longo prazo. Nos próximos três anos, US\$2,2 mil milhões em subvenções responderão às necessidades de desenvolvimento a longo prazo de refugiados e comunidades de acolhimento. Além disso, outros US\$2,5 mil milhões irão impulsionar o sector privado e criar empregos para refugiados e comunidades de acolhimento em países afectados pela fragilidade, conflitos e violência, incluindo países de acolhimento de refugiados de baixo rendimento. Actualmente, 14 países são elegíveis para o financiamento, incluindo a República Democrática do Congo.

Até US\$389 milhões foram comprometidos a expandir o acesso a empregos e meios de subsistência para refugiados e comunidades de acolhimento dentro dos próximos 10 anos. Estes vêm sob a forma de subvenções para programas de auto-suficiência (US\$113 milhões da IKEA), investimento em empresários e novas empresas de refugiados, e empresas que empregam refugiados (US\$104 milhões da Amplio Ventures e Southern New Hampshire University), e fundos para aumentar os programas de mitigação da pobreza (US\$176 milhões para ser financiado pela Coligação de Mitigação da Pobreza).

A educação continua a ser uma grande prioridade, com US\$70 milhões em compromissos ao longo de cinco anos. Espera-se que isso aumente a inclusão de crianças e jovens em várias oportunidades e plataformas de aprendizagem, como bolsas de estudo e aprendizado electrónico. Serão realizados investimentos para programas que apoiem a transição para o emprego, incluindo a empregabilidade e o desenvolvimento de competências empresariais, o acesso ao financiamento e o reconhecimento das qualificações educativas.

Foram também confirmadas contribuições de financiamento e materiais para melhorar a capacidade de reinstalação e as iniciativas complementares de percursos, registo e documentação e a adopção de soluções tecnológicas para a WASH e energia.

Compromissos Financeiros

Área de Foco	Número de Compromissos	Montante (\$)
Educação	14	70 milhões
Emprego e Meios de Subsistência	9	389 milhões
Soluções	9	2.2 milhões
Partilha de Responsabilidades	19	4.1 bilhões
Capacidade de Protecção e Compromisso relacionado	3	300 mil
Múltiplos (Soluções e integração socio-económica)	1	50 milhões
Energia e Infraestrutura	2	Não Especificado
TOTAL	57	4.67 bilhões



Bélgica

- Desde 2016, pelo menos 45% da ajuda humanitária federal belga atingiu directa e indirectamente as populações de refugiados e as suas comunidades de acolhimento. Este financiamento inclui o financiamento flexível e previsível da Bélgica, não designado, em conformidade com os seus compromissos da Grand Bargain, abrangendo, mas não exclusivamente, a sua parceria de longa data com organizações que trabalham exclusivamente com refugiados e comunidades de acolhimento, nomeadamente o ACNUR e a UNRWA. A Bélgica compromete-se a manter este apoio financeiro igual ou superior ao nível actual, para além de projectos e programas especificamente direccionados, prestando especial atenção ao apoio às populações refugiadas e às comunidades de acolhimento na escolha de projectos e programas. Além disso, a Bélgica promoverá a implementação do Quadro Global de Resposta aos Refugiados e do Pacto Global para os Refugiados, integrando a atenção aos refugiados e às suas comunidades de acolhimento em toda a sua ajuda humanitária. A fim de não comprometer a qualidade da ajuda humanitária da Bélgica, o financiamento a favor dos refugiados será integrado no financiamento de base relevante, nos fundos flexíveis e nas convenções de financiamentos dos países.



Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca

- Desde 2013, a Dinamarca fornece anualmente DKK20 milhões ao ACNUR como uma nova oportunidade para inovar, experimentar e catalisar esforços para resolver situações morosas de deslocamento. O ACNUR utiliza estes fundos onde pode fazer uma diferença clara em termos de apoiar soluções com uma ementa testada de ferramentas, metodologias e parcerias que o ACNUR pode recorrer através de contextos geográficos para desenvolver estratégias em situações prolongadas, e incorporar em novas emergências para reduzir a criação de novas situações prolongadas. Estes fundos têm-se revelado como pretendido, por exemplo, através do aprofundamento e abertura da parceria do ACNUR com o Banco Mundial e outras organizações protagonistas do desenvolvimento, do sector privado e ao institucionalizar novas abordagens para a inclusão e resiliência, trabalhando em torno da inclusão socioeconómica, recolhendo dados socioeconómicos, garantindo o seu apoio eficaz às operações e desenvolvendo ferramentas que apoiem a política, melhor planeamento, programação e advocacia para o ACNUR e outros intervenientes envolvidos nesta arena, nomeadamente nos países da CRRF. Neste contexto, a Dinamarca compromete-se a aumentar a contribuição para DKK50 milhões anualmente em 2020 e 2021, sujeito a aprovação parlamentar.



Governo do Canadá

- O Canadá compromete-se em renovar o seu apoio institucional a longo prazo ao ACNUR. Este apoio global ao financiamento manterá o nível anual existente no Canadá (\$12,6 milhões) de apoio de financiamento não assinalado ao ACNUR e prolongará a duração deste apoio para quatro anos (2020-2023) no total de \$50,4 milhões. Este financiamento plurianual e não assinalado reflecte o compromisso do Canadá de fornecer financiamento flexível e previsível aos nossos principais parceiros humanitários, em conformidade com os compromissos do Canadá no Grand Bargain e com os princípios de Boa Doação Humanitária relacionada com um financiamento flexível e de qualidade. O compromisso de financiamento plurianual e não assinalado reflecte igualmente o apoio do Canadá ao papel crítico do ACNUR no sistema humanitário internacional, no que se refere à protecção e assistência internacional aos refugiados e a outros indivíduos em questão e ao avanço da acção humanitária que responde ao género, em conformidade com a Política de Assistência Internacional Feminista do Canadá.



Ministério dos Negócios Estrangeiros da Estónia

- A Estratégia de Transformação de Dados 2020-2025 do ACNUR observa que o cenário de identidade digital em rápida mudança exige novos quadros que facilitem o fluxo e a utilização dos dados, garantindo em simultâneo o direito à privacidade e à protecção de dados. O Governo da Estónia compromete-se, enquanto líder mundial em matéria de identificação digital, a aumentar a sua cooperação técnica com o ACNUR nesta área, fornecendo os seus conhecimentos sobre o desenvolvimento e implementação de plataformas digitais, processos, normas e abordagens para a realização de objectivos-chave do Pacto Global para os Refugiados, incluindo a protecção, as soluções e o aumento da auto-suficiência dos refugiados e da inclusão económica.



Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia

- O Governo da Finlândia está empenhado em aumentar o nível de financiamento para a ajuda humanitária. Reconhecem que, para que as crises prolongadas sejam resolvidas de forma eficaz, tem de haver uma boa coordenação entre a construção da paz, a ajuda humanitária e a cooperação para o desenvolvimento. Isto pode ser reforçado através de um financiamento mais flexível da ajuda humanitária e da cooperação para o desenvolvimento e através da autorização de mecanismos de financiamento plurianuais. A Finlândia está empenhada em dotar grande parte do seu financiamento humanitário como fundos de base não afectados, e este compromisso é reiterado na política humanitária revista a partir deste ano. O objectivo da Finlândia é continuar a ser um doador flexível que facilite o financiamento humanitário eficaz e oportuno e, por conseguinte, a assistência.



Governo da República Federal da Alemanha

- Ao contribuir com mais €16 milhões para a “Iniciativa Educação Não Pode Esperar” em 2019, a Alemanha apoia oportunidades educativas para crianças e jovens em regiões afectadas por crises e conflitos, incluindo crianças e jovens refugiados. Fazer o acompanhamento na primeira reunião intercalar de altos funcionários (2021).
- A Alemanha continuará a prestar um apoio substancial orientado para o desenvolvimento às pessoas deslocadas e às comunidades de acolhimento, especialmente através da sua “Iniciativa Especial de Deslocamento Forçado” e, em parte, através da sua “Assistência Transitória para o Desenvolvimento”: O orçamento global para 2019 para estes dois instrumentos combinados ascende a mais de €1,3 mil milhões. A Alemanha continuará a reforçar onexo humanitário-desenvolvimento-paz em contexto ao deslocamento forçado dentro do sistema das Nações Unidas.
- A Alemanha continuará a financiar a “Iniciativa Philipp Schwartz”, a fim de fornecer as universidades e instituições de investigação na Alemanha com meios a acolher estudantes universitários estrangeiros em risco, numa bolsa de investigação totalmente financiada. O orçamento anual previsto é de €10,4 milhões. A iniciativa é implementada pela Fundação Alexander von Humboldt.
- A Alemanha continua a apoiar a melhoria da WASH e das infra-estruturas energéticas que beneficiam os refugiados. Além disso, este apoio criará benefícios a longo prazo para as comunidades de acolhimento, aplicando regimes sustentáveis e rentáveis e soluções tecnológicas adequadas, fiáveis e acessíveis em contextos de refugiados.
- A Alemanha abrirá o programa Iniciativa Académica Alemã para Refugiados Albert Einstein (DAFI) a outros parceiros para fomentar o acesso de refugiados ao ensino superior. Estão em curso conversações com potenciais novos parceiros interessados em apoiar o ensino superior para os refugiados. A implementação será monitorizada durante as consultas anuais de planeamento com a Fundação Alexander von Humboldt.
- A Alemanha compromete-se a continuar a fornecer um nível significativo de financiamento para o ACNUR em 2020. A nossa promessa de financiamento inicial para 2020 para o ACNUR nas suas actividades humanitárias passa de €99,5 milhões. E estamos empenhados em manter o nível da nossa contribuição fundamental não atribuída e em fornecer financiamento de nível situacional plurianual e uma contribuição sem muito rigor ao ACNUR, a fim de conceder a flexibilidade e a previsibilidade necessárias para cumprir o seu mandato da melhor forma possível. A contribuição de base prevista no montante de €24 milhões está incluída no montante total do compromisso. A provisão depende da disponibilidade do montante total das atribuições no orçamento do Governo da República Federal da Alemanha para o exercício de 2020.
- O programa de bolsas de estudo do ACNUR, DAFI (a Iniciativa Académica Alemã para Refugiados Albert Einstein), desempenha um papel fundamental na possibilidade dos refugiados acederem ao ensino superior. Permite assim, que os jovens refugiados desbloqueiem o seu potencial, abordando as principais barreiras ao ensino superior. A Alemanha apoia o DAFI com uma contribuição financeira de €13,4 milhões para 2020, enquanto a Dinamarca promete financiar o DAFI com DKK10 milhões em 2020. Desta forma, a Alemanha e a Dinamarca apoiam a auto-suficiência dos jovens refugiados, contribuindo para o desenvolvimento dos seus países de acolhimento, bem como dos países de origem, num eventual regresso. Avaliação durante as próximas consultas anuais do DAFI com o ACNUR em 2020.
- A Alemanha disponibilizará 5,500 locais de Reinstalação no âmbito do Programa de Reinstalação da UE para 2020 (afirmou em 13/09/19) e continuará a sua participação no reinstalação a um nível elevado e moderadamente incrementado. A Alemanha disponibilizará €1 milhão para apoio à capacidade do ACNUR para a Reinstalação em 2020 (€500 000 em 2019).
- A Alemanha abrirá o programa Iniciativa Académica Alemã para Refugiados Albert Einstein (DAFI) a outros parceiros para fomentar o acesso de refugiados ao ensino superior. Estão em curso conversações com potenciais novos parceiros interessados em apoiar o ensino superior para os refugiados, a implementação será monitorizada

durante as consultas anuais de planeamento com a Fundação Alexander von Humboldt.

- Contribuição não assinalada para o Apelo Global do ACNUR para 2020, no valor de ISK25 milhões. A alocação será desembolsada no final de Dezembro de 2019. A alocação é para 2020. O Relatório Global do ACNUR para 2020 é suficiente.



Governo da Irlanda

- Nos últimos dez anos, o número de deslocados em todo o mundo aumentou duas vezes. Isto é o resultado de crises interligadas, em que os efeitos de uma emergência atingem fronteiras e continentes. Por esta razão, a Irlanda orgulha-se em comprometer €9 milhões de financiamento fundamental e não assinalado às actividades do ACNUR em 2020. Além disso, a Irlanda também fornecerá financiamento dedicado à resposta do ACNUR às crises da Venezuela, Síria e Rohingya. A Irlanda esforçar-se-á por ser um doador consistente e previsível para o ACNUR e trabalhará para manter e aumentar este nível de financiamento fundamental ao longo do período de compromisso.
- A Irlanda compromete-se em manter um forte apoio e contribuição para o Fundo das Nações Unidas para a Construção da Paz (PBF), com um compromisso de pelo menos €4,5 milhões durante o novo período estratégico (2020-2022). A Irlanda tem sido um parceiro empenhado do PBF e reconhece o papel crítico que o PBF está a desempenhar na resposta aos conflitos e na prevenção de conflitos. As duas resoluções da Assembleia Geral e Conselho de Segurança, em 2016, expandiram o papel do PBF a partir de um instrumento exclusivamente pós-conflito, para apoiar também a acção preventiva e concentrar-se em causas profundas, bem como na construção da paz no meio de conflitos violentos. No seu relatório de 2018 à Assembleia Geral sobre a implementação das duas resoluções, o SGNU apelou a um “salto quântico” no financiamento ao PBF para colmatar as lacunas críticas na manutenção da paz. O Fundo é um instrumento cerne para promover a agenda das mulheres, da paz e da segurança, com 40% das dotações em 2018 em apoio à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres. Foram aprovadas sete novas iniciativas transfronteiriças ou regionais que envolvem o nicho do Fundo no apoio a iniciativas transfronteiriças de construção da paz. O apoio sustentado da Irlanda ao PBF das Nações Unidas dá expressão visível ao apoio político da Irlanda à agenda de “manutenção da paz” do Secretário-Geral e está estreitamente ligado à nossa actual adesão à Comissão de Construção da Paz.



Ministério dos Negócios Estrangeiros, Islândia

- Acordo Geral Plurianual para o período **2020-2023 (4 anos)**. Alocação anual não identificada de US \$ 500 mil para o orçamento principal do programa do ACNUR. Valor total: 2 milhões de dólares. Os desembolsos anuais ocorrerão no primeiro trimestre de cada ano.
- Contribuição não marcada para a Solicitação do ACNUR em 2020, no valor de 25 milhões de ISK. A alocação será desembolsada no final de Dezembro de 2019. A alocação é para 2020. O Relatório Global do ACNUR para 2020 é suficiente.



Governo do Japão

- O Japão tem promovido o Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz com base num dos pilares do Pacto Global para os Refugiados, partilha de encargos e responsabilidades. O Japão continuará a contribuir para a sua implementação para com os refugiados, pessoas deslocadas internamente e comunidades de acolhimento em regiões como o Médio Oriente, África e Ásia com os nossos conhecimentos e experiências em cooperação para o desenvolvimento. O Japão foi co-anfitriã da 7ª Conferência Internacional de Tóquio sobre Desenvolvimento Africano (TICAD7) em Agosto de 2019, onde a paz e a estabilidade africana foram um dos seus três pilares. De acordo com o anúncio do Japão no TICAD7, o Japão promoverá o nexu HDP. Por exemplo, na Zâmbia, o Japão tem implementado projectos para promover a integração local de antigos refugiados e continuará a apoiar os antigos refugiados.



Ministério dos Negócios Estrangeiros, República da Coreia

- A KOICA expandirá o seu apoio aos refugiados através do Projecto Multilateral de Cooperação para o Desenvolvimento (doravante PMCD) e do Programa de Parceria Humanitária (doravante PPH), ambos programas no âmbito da Estratégia do Nexos Humanitário-Desenvolvimento-Paz. De 2019 a 2023, a KOICA irá atribuir mais de US\$50 milhões do seu orçamento para financiar o PMCD, que visa apoiar o reassentamento de refugiados e PDIs em áreas frágeis e afectadas por conflitos e reforçar a integração social entre refugiados e comunidades de acolhimento. *De acordo com as directrizes do PMCD da KOICA para 2021, as áreas de foco são: 1) refugiados (reinstalação e integração social) e 2) redução do risco de desastre resultante das alterações climáticas. Mais de 50% do orçamento do PPH será atribuído a projectos relacionados com refugiados de 2019 a 2023. O PPH apoiará igualmente projectos plurianuais destinados a resolver situações prolongadas de refugiados.
- Empregos e meios de subsistência serão a área de foco para o PMCD. O PMCD concentrar-se-á no apoio aos refugiados, ajudando-os a aumentar as suas competências e qualificações através de um programa de formação (a ser incluído nas orientações para 2022).
- Ao realizar o PMCD, a KOICA dará prioridade aos países anfitriões com leis e políticas inclusivas para os refugiados. A KOICA dará prioridade aos países de acolhimento que tenham políticas e sistemas de envolvimento com refugiados no momento em que se considerem as propostas do PMCD e do PPH.



Governo do Principado do Liechtenstein

- O compromisso visa aumentar a contribuição anual do Governo do Liechtenstein para o ACNUR em 33% das contribuições anteriores para os anos de 2019 a 2021 para o CHF400 000 por ano. Os desembolsos anuais estão sujeitos à aprovação anual do Governo do Liechtenstein. Isto aumenta a segurança financeira necessária para o planeamento a longo prazo pelo ACNUR. Acompanhamento na primeira reunião intercalar de altos funcionários (2021).
-



Ministério dos Negócios Estrangeiros da Lituânia

- Contribuição não assinalada para o ACNUR para o ano de 2020.
-



Governo do Reino de Marrocos

- Uma contribuição de US\$300 000 para a área da capacidade de protecção, nomeadamente registo e documentação.
-



Ministério dos Negócios Estrangeiros, Holanda

- Tal como foi elaborado pelo Alto Comissário para os Refugiados, Filippo Grandi, durante a sua visita aos Países Baixos e, mais recentemente, durante o Comité Executivo do ACNUR, as necessidades globais num nível elevado sem precedentes. Ao mesmo tempo, o défice de financiamento do ACNUR está a aumentar para 50% no final deste ano. Por conseguinte, a Holanda aumentará a sua contribuição fundamental para o ACNUR com €5 milhões em 2019. Em conformidade com os princípios do Pacto de Financiamento, esta contribuição adicional implica uma contribuição não assinalada que permite ao ACNUR responder rapidamente à mudança de prioridades e emergências e apoia o ACNUR na sua flexibilidade organizacional e capacidade adaptativa.
- Os Países Baixos apoiam fortemente o trabalho do ACNUR e o seu mandato. O nosso principal contributo reflecte

este compromisso com o ACNUR através de uma contribuição plurianual e não assinalada para o período 2019-2021 de €99 milhões no total (€33 milhões numa base anual). O contributo dos Países Baixos está em consonância com os compromissos assumidos pela Grand Bargain, que permite ao ACNUR responder rapidamente à mudança de prioridades e emergências e apoia o ACNUR na sua flexibilidade organizacional e capacidade adaptativa.



Ministério da Justiça e Segurança Pública, Noruega

- A Noruega considera importante ter uma cooperação bilateral com os Estados que enfrentam desafios no domínio da migração, sejam eles países de acolhimento, países de origem ou ambos. A Noruega tem como objectivo cooperar directamente com nove Estados e/ou com a OIM, o ACNUR ou outras organizações como parceiros de implementação. Os projectos terão como objectivo apoiar o reforço das capacidades no âmbito da gestão e dos sistemas migratórios em geral, oferecendo assistência de funcionários noruegueses nos países relevantes e/ou convidando funcionários de países relevantes para a Noruega. Haverá um acordo bilateral sobre os tópicos em que se concentrar. Os projectos também podem estar relacionados com a oferta de apoio a equipamentos necessários, projectos de informação, ajudando de várias formas de reintegração, etc.
- A Noruega oferecerá cerca de NOK8,8 milhões ao ACNUR em 2020 para aumentar a capacidade de reinstalação do ACNUR. A Noruega tem prestado este tipo de apoio ao longo de muitos anos. Ao fazê-lo, a Noruega reconhece os desafios que o ACNUR enfrenta no campo da reinstalação. O objectivo do financiamento é reforçar a capacidade de reinstalação do ACNUR da forma que o ACNUR considere mais útil, na sequência das propostas de projecto do ACNUR. Fazer o acompanhamento do financiamento anualmente.



Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega

- Contribuição não assinalada para o orçamento geral do ACNUR com NOK380 milhões para 2020.



Governo de Portugal

- Contribuição financeira de €60,000 para os compromissos do Primeiro Fórum Global de Refugiados, até 2021.
- Contribuição financeira de US\$155,219, não assinalado, para acções da “Reinstalação Sustentável e Iniciativa de Vias Complementares” (CRISP)



Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus, República Eslovaca

- Contribuição financeira adicional para o orçamento do ACNUR relativamente aos objectivos do Pacto Global para os Refugiados no montante de €100 000 destinados a apoiar a educação e a igualdade de oportunidades.



Governo da Suíça

- A Suíça compromete-se em contribuir com CHF125 milhões durante o período 2019-22 num programa de financiamento plurianual para as operações do ACNUR.



Governo da Zâmbia

- Melhorar os meios de subsistência e a auto-suficiência expandindo o programa de apoio de insumos para agricultores (FISP), incluindo a adição de valor, até 2020. O FISP, que foi alargado aos refugiados e antigos refugiados num esforço para melhorar a segurança alimentar a nível doméstico, necessitará de uma contribuição de 25% do custo da comunidade internacional para todos os refugiados e antigos-beneficiários refugiados por cada época agrícola durante um período de cinco anos.



Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

- Estima-se que 85% dos refugiados encontram-se em situação de deslocação prolongada, que pode durar em média 17 anos. Existe, portanto, uma necessidade de abordar ás necessidades de um desenvolvimento a longo prazo para complementar a ajuda humanitária e, a médio e longo prazo, ajudar os refugiados a obterem auto-suficiência. Influxos em larga escala de migrantes, refugiados e deslocados podem constituir desafios para as autoridades locais e nacionais fornecerem serviços públicos de qualidade para toda a população, podendo ter um impacto negativo nos recursos naturais e nos mercados de trabalho (diminuição dos salários e das condições de trabalho, aumento do desemprego...). Investir na agricultura é uma estratégia eficaz a longo prazo para construir meios de subsistência, criar empregos e benefícios tanto para as comunidades deslocadas como para

as comunidades de acolhimento. Ajuda os refugiados a tornarem-se contribuintes produtivos para a sociedade e a reduzirem os seus encargos financeiros e de recursos para as comunidades de acolhimento. A FAO e o ACNUR estão a reforçar a sua coordenação para garantir uma assistência agrícola sustentável e tecnicamente sólida aos refugiados, comunidades de acolhimento e outras pessoas em questão. Desenvolveram um plano de trabalho conjunto para 2019-20 e concordaram em partilhar o custo de uma pequena unidade (inicialmente um Oficial de Programa) para coordenar a sua implementação na África Oriental e Central. O seu objectivo é apoiar os esforços a nível dos países para a inclusão de refugiados e comunidades de acolhimento nas economias nacionais através de programas agrícolas orientados para o mercado e coordenar a implementação do plano de trabalho conjunto FAO-ACNUR para 2019-20.



Grupo Banco Mundial

- O Banco Mundial tem vindo a aumentar o seu apoio aos refugiados e às comunidades de acolhimento há vários anos, em resposta à crescente crise global de deslocamentos forçados. Os US\$2,2 mil milhões complementam os esforços para prestar apoio aos refugiados e comunidades de acolhimento durante o ciclo de financiamento IDA18, que decorre entre Julho de 2017 e Junho de 2020. Durante o IDA18, o Banco Mundial triplicou seus recursos para refugiados e comunidades de acolhimento, que deverão atingir mais de US\$3 mil milhões, incluindo um valor exclusivo de US\$2 mil milhões. O pacote IDA18 duplicou o financiamento de três anos para os países afectados pela fragilidade, conflito e violência (FCV) para US\$14 mil milhões e introduziu um período de financiamento especial para retirar o risco dos investimentos privados e simular a criação de emprego nesses locais. O Mecanismo de Financiamento Concessional Global (GCFF) do Banco Mundial, que concede financiamento concessional aos países de rendimento médio que acolhem um grande número de refugiados, também aumentou o seu financiamento. As subvenções concedidas aos países de rendimento médio duplicaram no mesmo período, de US\$160 milhões para US\$320 milhões. Olhando para o futuro, para além do financiamento para refugiados e comunidades de acolhimento, o novo pacote IDA19 inclui US\$18,7 mil milhões para apoiar os países afectados pela FCV. Ao abordar os impulsionadores subjacentes da fragilidade e dos conflitos, o Banco Mundial pretende reduzir os factores que podem fazer com que as pessoas fujam das suas casas e se tornem refugiados. Espera-se também que estes países recebam grande parte de uma nova fase de financiamento de US\$2,5 mil milhões para impulsionar o sector privado e criar empregos, incluindo tanto refugiados como comunidades de acolhimento.



Programa Alimentar Mundial (PAM)

- Com base nos compromissos estabelecidos no Memorando de Entendimento entre o PAM e o ACNUR, a PAM reforçará ainda mais a sua colaboração com o ACNUR para garantir que os refugiados e as comunidades de acolhimento sejam assistidos numa abordagem conjunta, coerente e de povos que maximize os recursos e as capacidades de ambas as organizações. Esta abordagem basear-se-á numa análise conjunta mais sistemática, a

objectivo de gerar respostas eficazes e sustentáveis às necessidades dos refugiados e das comunidades onde residem. Com base nesta análise conjunta, o PAM alinhará os seus processos internos de atribuição para garantir que as necessidades dos refugiados e da comunidade de acolhimento sejam devidamente prioritárias.



Empreendimentos Amplio

- A Amplio Ventures fornece capital de fase de crescimento para as empresas que restauram a estabilidade dos refugiados. A empresa investe na criação de emprego para migrantes deslocados em todo o mundo. Especificamente, a Amplio Ventures procura investir em empresários e empresas de refugiados que contratam intencionalmente da mão de obra dos refugiados. O foco actual é investir em empresas tecnológicas dispostas a envolver refugiados como trabalhadores remotos para completar tarefas como entrada de dados, pesquisa de vendas, contabilidade, design gráfico, aprendizagem de linguagem e desenvolvimento básico de software. À medida que a Amplio Ventures angaria capital junto dos investidores, o foco é a implantação de capital de forma eficaz e eficiente para alcançar retornos financeiros fortes e impacto social significativo até 2030.



Conselho Dinamarquês para Refugiados (CDR)

- O Pacto Global sobre Refugiados apela a iniciativas capazes de “aliviar a pressão sobre os países que acolhem e recebem refugiados”. Devem ser mobilizados novos actores e modelos de financiamento para cumprir os objectivos do compacto e da Agenda 2030. O modelo Build-Operate-Transfer (BOT) oferece uma modalidade previsível e equitativa de partilha de responsabilidades pela colaboração necessária para soluções sustentáveis em situações de refugiados. Desde 2016, a RDC e a Grundfos desenvolveram um Laboratório de Parceria Empresarial-Humanitária para colaborar de maneira a fornecer soluções de água sustentáveis às pessoas deslocadas. A parceria amadureceu numa oferta conjunta que combina o melhor de dois mundos; uma abordagem baseada nas necessidades, aliada a uma solução técnica robusta e comercialmente eficiente. O conceito é projectado para ser dimensionado e adaptado devido ao seu design modular e pode servir como uma boa prática para outros sectores também desafiados por horizontes de limitado financiamento aos contextos humanitários. No Uganda, os sistemas de abastecimento de água movidos a energia solar que beneficiam refugiados e os locais eliminaram eficazmente práticas dispendiosas e prejudiciais para o ambiente, como o transporte de água. Somente com a integração de capital de investimento é que estes resultados podem ser levados à escala comercial. A RDC e a Grundfos abriram, portanto, um diálogo com potenciais parceiros financeiros e estão a procurar oportunidades em toda a África Oriental para implementar projectos capazes de proporcionar poupanças aos doadores e apoiar o acesso a serviços para refugiados e seus anfitriões.



Coligação Dinamarquesa GCR

- O programa de bolsas de estudo do ACNUR, DAFI (a Iniciativa Académica Alemã para Refugiados Albert Einstein), desempenha um papel fundamental na possibilidade de permitir que os refugiados acedam ao ensino superior, permitindo aos jovens refugiados desbloquearem o seu potencial, abordando as principais barreiras ao ensino superior. A Alemanha apoia o DAFI com uma contribuição financeira de €13,4 milhões para 2020, enquanto a Dinamarca compromete-se a financiar o DAFI para o próximo ano com DKK10 milhões, apoiando assim a auto-suficiência dos jovens refugiados e contribuindo para o desenvolvimento dos seus países de acolhimento, bem como dos países de origem no eventual regresso.
- PlanBørnefonden apoiará a Coligação Dinamarquesa GCR para a Juventude em Deslocamento com um compromisso de:
 - Melhorar a responsabilidade para com os nossos principais beneficiários, crianças e adolescentes e jovens, em particular as raparigas adolescentes, comprometendo-se a implementar mecanismos sensíveis ao feedback para crianças sensíveis ao género e estratégias de novas formas de incluir proactivamente o grupo-alvo na concepção, desenvolvimento, aprendizagem e advocacia do programa, incluindo através da implementação do Pacto para Jovens em Acção Humanitária.
 - Investir recursos em respostas aos refugiados para realizar análises e necessidades sensíveis ao género e à idade, procurando trabalhar com os parceiros e em consulta directa com as crianças, em particular as raparigas para compreender e abordar os factores de intersecção que afectam as suas necessidades e o acesso aos direitos.
 - Investir recursos na obtenção e resposta às necessidades das crianças e jovens refugiados urbanos, nomeadamente raparigas e mulheres jovens, no domínio da educação, desenvolvendo e pilotando novas abordagens, partilhando as melhores práticas e melhorando a coordenação com outras agências e autoridades locais.
 - Trabalhar para capacitar os jovens refugiados e na comunidade de acolhimento, especialmente aos jovens, do ponto de vista económico, proporcionando acesso à formação de competências baseadas no mercado, à formação de empreendedorismo, ao financiamento e às ligações a aprendizagens e empregos, e explorando novas vias para a integração dos refugiados nas economias de mercado locais, em conformidade com as políticas e leis nacionais pertinentes.



Dubai Cares

- Desde 2016, a Dubai Cares aumentou o seu investimento em programas de Educação em Emergências (EeE) para responder às necessidades educativas das crianças afectadas pela crise. Embora esta tenha sido uma prioridade para o Dubai Cares, não houve uma atenção específica no apoio a abordagens que promovam a inclusão de refugiados nos sistemas educativos nacionais. Com base nas lições aprendidas a afastar-se da oferta de educação paralela, a Dubai Cares vai investir em duas iniciativas fundamentais que apoiam o acesso e o sucesso dos refugiados nos sistemas nacionais, em consonância com o Pacto Global para os Refugiados (GCR):
 - 1) A Dubai Cares contribuirá com US\$2 000 000 para a operacionalização do Quadro de Educação e Cuidados

num cenário de crise, com vista a apoiar a prestação de cuidados de saúde precoce. O programa lançará as bases para dotar as crianças refugiadas de competências e ferramentas necessárias para a transição para o ensino pré-primário no sistema nacional do seu país de acolhimento. Estamos neste momento a trabalhar com a Save the Children (EUA) para elaborar os detalhes da concessão.

2) A Dubai Cares contribuirá igualmente com US\$640 000 para a pilotagem do Passaporte de Qualificações Terciárias da UNESCO na Colômbia e no Iraque para apoiar a transição dos refugiados para novos estudos ou emprego. O programa está a ser desenvolvido para garantir o alinhamento com os objectivos do GCR.

3) A Dubai Cares contribuirá com US\$500 000 para a revisão das normas mínimas INEE, garantindo o alinhamento com o GCR e promovendo a inclusão.



Fundação IKEA

- A Fundação IKEA concede €100 milhões em subvenções ao longo de cinco anos para programas que ajudem os refugiados e as suas comunidades de acolhimento a melhorar os seus rendimentos e a tornarem-se mais auto-suficientes. Até 2025, teremos lançado dois programas pivot para refugiados urbanos e remotos, e comunidades de acolhimento. Vamos aditar sobre nosso trabalho de longo prazo já em curso para testar e desenvolver uma compreensão do que é necessário para que os refugiados nas áreas urbanas se tornem auto-suficientes, ganhando competências para o emprego, ou tornando-se em empreendedores. A nossa estratégia remota basear-se-á no nosso investimento nos campos de refugiados de Dollo Ado e Bokolmanyo na Etiópia. Identificaremos o que é necessário para tornar os ganhos de subsistência nas comunidades sustentáveis, e assim, extrair lições e evidências da nossa avaliação contínua para influenciar outros a adoptarem o que funciona. Com base nestas lições em conjunto, identificaremos uma segunda comunidade de refugiados onde iniciaremos uma parceria plurianual para testar mais formas de melhorar a vida dos refugiados. Vamos focar-nos nas cadeias de valor agrícola, nas oportunidades de emprego e empreendedorismo e na utilização de energias renováveis no lar e no negócio.



Fundação UCI do Japão

- Fazemos os seguintes compromissos como o nosso contributo para os objectivos estabelecidos no Pacto Global sobre Refugiados. A nossa área de foco é a educação, com especial ênfase no subtema do ensino superior.
- Compromisso #1 - Comprometemo-nos em continuar a apoiar as oportunidades de bolsas de estudo na Universidade Cristã Internacional (Tóquio, Japão) para estudantes refugiados, sob a rubrica de percursos complementares de admissão num terceiro país. Comprometemo-nos a dar bolsas de estudo para oito estudantes para toda a sua licenciatura. \$1 200 000 valor aproximado (2019 - 2025).
- Compromisso #2 - Comprometemo-nos em realizar simpósios regulares no Japão e na Ásia Pacífico para partilhar experiências e boas práticas em torno de programas de encaminhamento complementar no sector do ensino superior. \$50 000 de valor aproximado.



KCOG (Conselho de ONGs da Coreia para a cooperação no estrangeiro)

- A Good Neighbours compromete-se em apoiar as actividades económicas baseadas no mercado para a coexistência pacífica entre os refugiados e a comunidade de acolhimento, facilitando a participação dos refugiados nos mercados de trabalho locais e criando novas oportunidades de subsistência para as comunidades de acolhimento. A fim de proteger e capacitar os grupos mais vulneráveis entre os deslocados à força, a Good Neighbours compromete-se em prestar apoio psicossocial às mulheres e crianças e a reforçar a sua capacidade socioeconómica através de serviços inovadores, sustentáveis, rápidos e de qualidade. A Good Neighbours compromete-se em aumentar a sua contribuição orçamental para o apoio aos refugiados em pelo menos 10% por ano pelos próximos quatro anos, respondendo a 6 crises humanitárias e prestando apoio às pessoas que se preocupam e acolhem comunidades em 10 países na área da subsistência e protecção. 1) 6 Crises humanitárias: Rohingya, RD Congo, Burundi, Síria, Sudão e Sudão do Sul 2) 10 Países de operação: Bangladesh, Uganda, Tânzania, Zâmbia, Ruanda, Jordânia, Etiópia, Quénia, Chade e Níger.



Fundação LEGO

- Contribuição Técnica: A Fundação LEGO gostaria de usar o Fórum Global para apelar à comunidade global para incluir o desenvolvimento holístico da primeira infância para crianças deslocadas por conflitos e crises. As adversidades precoces têm efeitos profundos nas crianças, especialmente na sua arquitectura cerebral quando não são bem nutridas, podem afectar permanentemente os sistemas biológicos e neurológicos. Como resultado, as crianças são um risco grave de danos que lhes farão ao longo da vida: má saúde física e mental, défices cognitivos e redução dos rendimentos económicos. No entanto, sabemos o que fazer para mitigar estas circunstâncias e queremos apelar à comunidade global para que quaisquer intervenções ponderadas para as crianças tenham de incluir o jogo, uma vez que se tem demonstrado reduzir o stress, fortalecer os laços com os pais e seus cuidadores e levar a um estímulo importante que é fundamental para a fase inicial da aprendizagem. Contribuição Financeira: A Fundação LEGO está ainda a finalizar as contribuições financeiras exactas para a ECD holística e Learning Through Play em contextos de refugiados. O anúncio será feito, muito provavelmente, no início de 2020, sob a forma de um grande desafio aberto aos refugiados.



Fundação Mastercard

- O Programa de Académicos da Fundação Mastercard está a expandir-se nos próximos três anos com mais 15,000 bolsas de estudo do ensino superior, principalmente em África, com 70% para jovens. Comprometemo-nos com 25% ou 3.750 destas bolsas para serem designadas para refugiados e jovens deslocados. Para além

desta meta, comprometemo-nos também em complementar as bolsas de estudo, apoiando o encaminhamento dos refugiados e jovens deslocados através do investimento em programas de ligação, contribuindo para a construção de pesquisas e evidências, ao mesmo tempo que investimos na assistência técnica para a rede da Universidade do Programa Académico, (co)convocando ou apoiando workshops para as partes interessadas para mover as agendas do FGR e CRRF para a frente e apoiar, bem como investir em organizações lideradas por refugiados.



Plan International

- O Plan International compromete-se em investir recursos financeiros e técnicos para reforçar a capacidade dos profissionais de protecção da criança de conceber, implementar, monitorizar e avaliar intervenções relevantes ao género na protecção das crianças, adaptadas às configurações dos refugiados. Como parte integrante deste compromisso, contribuiremos para fomentar os intervenientes que trabalham em questões de protecção da criança para conceber intervenções de prevenção e resposta que atendam às necessidades das crianças, utilizando uma abordagem de idade, género e diversidade.



PlanoBørnefonden Dinamarca

- Investir recursos em respostas de refugiados para realizar análises sensíveis ao género e à idade e avaliação das necessidades, procurando trabalhar com os parceiros e em consulta directa com as crianças, especialmente as raparigas para compreender e abordar os factores de intersecção que afectam as suas necessidades e o acesso aos direitos. Desta forma, pretendemos melhorar as respostas e a coordenação dos refugiados para que sejam mais sensíveis ao género, à idade e à diversidade.
- Trabalhar para capacitar os jovens refugiados e a comunidade de acolhimento, especialmente os jovens, do ponto de vista económico, proporcionando acesso à formação de competências baseadas no mercado, à formação de empreendedorismo, às finanças e às ligações a aprendizagens e empregos, explorando novas vias para a integração dos refugiados nas economias de mercados locais, em conformidade com as políticas e leis nacionais relevantes.
- Investir recursos na obtenção e resposta às necessidades das crianças e jovens refugiados urbanos, em especial das raparigas e jovens, especialmente na área da educação, desenvolvendo e pilotando novas abordagens, partilhando as melhores práticas e melhorando a coordenação com outras agências e autoridades locais.



Coligação para Alívio da Pobreza

- A Coligação para aliviar a pobreza tem como objectivo acabar com a pobreza extrema para 500,000 agregados familiares em 5 anos em 35 países. Inicialmente, a Coligação compromete-se em implementar programas utilizando a Abordagem de Graduação com 160,000 agregados familiares em 26 países até ao próximo FGR em 2023. O financiamento parcial foi assegurado e procurar-se-á um financiamento adicional para implementar o compromisso. Isto inclui compromissos para prestar assistência técnica sempre que necessário e realizar pesquisas sobre a “Abordagem de Graduação” e o alívio da pobreza dos refugiados. A Coligação está activamente à procura de US\$176 milhões para concretizar todos os aspectos da promessa. A Coligação para a Redução da Pobreza, lançada em 2019, é uma coligação composta pelo ACNUR, Parceria do Banco Mundial para a Inclusão Económica (PEI) e 13 ONGs. A Coligação trabalhará no sentido de uma visão comum de aumento da auto-suficiência, inclusão económica e social dos refugiados e agregados familiares nas comunidades de acolhimento, aumentando de forma sustentável as oportunidades de rendimento. A Coligação utilizará a bem comprovada “Abordagem de Graduação”, na qual a grande maioria dos participantes saem para fora da pobreza após o programa de 18-36 meses. O custo médio do programa é de US\$1,400. Fazer o acompanhamento no Segundo Fórum Global de Refugiados (2023).



RET International

- A RET compromete-se a trabalhar nonexo triplo humanitário - paz - desenvolvimento, concebendo e implementando intervenções com perspectivas de curto, médio e longo prazo, focadas principalmente em jovens e mulheres em contextos de crise e fragilidades. Estas intervenções visam permitir-lhes reduzir a dependência das ajudas externas. A este respeito, a RET compromete-se a disponibilizar programas sensíveis a cada contexto, cultura, género, grupos etários, deficiências e diversidade, a fim de criar jovens refugiados e jovens nativos vulneráveis e as capacidades de suas famílias e o sentimento de agentes, de modo a que possam tornar-se auto-suficientes e resilientes a longo prazo. Além do mais, a RET compromete-se em articular o humanitário com o transitório para com a programação do desenvolvimento, de modo a apoiar intervenções de curto e médio prazo que beneficiem os jovens refugiados, as suas famílias e comunidades de acolhimento com o objectivo de diminuir as tensões, de promover a coesão social, de reforçar a resiliência aos riscos climáticos e das catástrofes naturais e de reforçar a integração socioeconómica nos países de acolhimento ou quando de regresso a casa. Especificamente, a RET compromete-se a atribuir o seu apoio a pelo menos 50% dos jovens refugiados e deslocados nos próximos 4 anos. Além disso, a RET compromete-se em garantir que pelo menos 50% das suas intervenções beneficiem aos jovens refugiado e deslocadas e que todas as suas intervenções incluam o apoio às pessoas com deficiência.



Movimento Global de Educação da Universidade de New Hampshire

- Os Membros do Conselho de Administração da SNHU comprometeram-se em US\$100 000 na criação de um centro de carreiras digitais e de empreendedorismo em Dzaleka Malawi para o estudante do SNHU, Remy Gawkaywa, que vai dirigir o centro e continuará a incubar a sua start-up TakenoLab, bem como a desenvolver novos negócios digitais. A doação visa cumprir o objectivo de investir tanto em refugiados como de garantir que estão a liderar avanços para os quais resolvem os problemas prementes dentro das comunidades em que vivem. O objectivo do centro é garantir carreiras digitais para os graduados do SNHU, residentes no campo e a comunidade de acolhimento local no Malawi. Actualmente a comprar o terreno para construir as instalações.



Fundação da Família Tamer (FFT)

- A Fundação da Família Tamer (FFT) está empenhada em apoiar a educação dos refugiados em todo o mundo, contribuindo financeiramente com o mínimo de US\$1 milhão ao longo de quatro anos, a partir de 2019 em prestações anuais iguais de US\$250 000 e pode participar em actividades adicionais de angariação de fundos. Por exemplo, em 2019, o Sr. Ayman Tamer, fundador e Director Executivo da FFT, lançou uma iniciativa pessoal que angariou US\$93,000 da sua rede para apoiar a Educação dos Refugiados. As prestações são desembolsadas anualmente no 2º trimestre de cada ano, 2019-2022.



Fundação Vodafone

- Todos os rapazes e raparigas devem ter acesso a uma educação de qualidade (ODS4). O programa Instant Network Schools (INS) é um modelo pioneiro e holístico de uso eficaz da tecnologia para apoiar uma educação de qualidade para refugiados e comunidades de acolhimento e um dos principais veículos do programa de Educação Conectada do ACNUR. Iniciado em 2013, o INS já teve um impacto positivo em 86,000 alunos e mais de 1,000 professores em 36 escolas do Quênia, Tânzania, RD Congo e Sudão do Sul, melhorando muitos determinantes do sucesso da aprendizagem, incluindo resultados de exames, frequência escolar, aumento da motivação dos alunos e professores, aumento da disponibilidade de recursos educativos e fomento de novas competências, como a literacia digital e o planeamento de aulas. A Fundação Vodafone vai contribuir com €19,8 milhões em dinheiro e em espécie para uma parceria de €42 milhões com o ACNUR para implantar até 300 Instant Network Schools até 2025. O objectivo da expansão do INS é apoiar a estratégia de inclusão dos governos do ACNUR e dos governos de acolhimento, reforçando os sistemas educativos nacionais e melhorando os resultados da aprendizagem para 510,000 estudantes refugiados e comunidades de acolhimento do ensino secundário e capacitando 10,000 professores, atingindo 1 milhão de pessoas, incluindo pais e comunidades mais vastas em 6

países. O programa vai aproveitar a Fundação Vodafone e os parceiros do ACNUR para sustentar as 36 escolas existentes e 255 novas escolas para além de 2025. Primeira reunião intercalar de altos funcionários, segunda reunião de altos funcionários do FGR e reunião intercalar de altos funcionários (2025).



Grupo Vodacom

- A Vodacom tem actualmente uma plataforma existente que permite o acesso pro bono a 19 universidades online. Serão investidos esforços para alargar o acesso aos refugiados.
- A Vodacom compromete-se em dar acesso à conectividade escolar para os refugiados que fazem parte das Escolas Conectadas Vodacom. O ACNUR com o apoio da Vodacom identificará as escolas que acolhem refugiados e direcionará o apoio à conectividade dessas escolas.
- A Vodacom compromete-se a apoiar os refugiados e comunidades de acolhimento com acesso à Escola Virtual da Vodacom na África do Sul.



Estudantes das comunidades de refugiados e anfitriãs na Escola Secundária Jules em Joanesburgo, África do Sul.

© UNHCR/Will Swanson

Um ano depois, as pessoas deslocadas pelo ciclone IDAI lutam para reconstrução.

© UNHCR/Hélène Caux





© UNHCR/Markku Aikomus



© UNHCR/Enoch Kavindele Jr



Gabinete Regional do ACNUR
para a África Austral

www.unhcr.org



@UNHCRSouthernAF



UNHCR Southern Africa